



**RELATÓRIO
ANUAL DE
INFORMAÇÕES**

**20
22**

DIRETORIA EXECUTIVA

Ingryd Cunha Lemos - Presidente e
Diretora de Seguridade em exercício
Nelsiene Santos Sena - Diretora Adm. e Financeira

CONSELHO DELIBERATIVO

TITULARES

Taytiane Peneluc Menezes de Cirqueira - Presidente
Ana Paula Silva Araujo
Eduardo Rangel Gomes Silva Souza
Hilda Maria Ribeiro Chagas
José Gomes do Prado Filho
Nelson Ney Pires Gomes Santana

SUPLENTE

Fernando Santos Braga
Geiza Moreira Silva Duarte Batista
Igor Cardins Araujo de Oliveira
Jeferson Carneiro de Souza
Nilson Santos Reis

CONSELHO FISCAL

TITULARES

Adriana Alcantara Villas Boas - Presidente
Mineia Rubia dos Reis Xavier

SUPLENTE

Luis Artur Pereira Freitas

Índice

04	Mensagem aos participantes
05	Panorama geral dos participantes em 2022
05	Receitas
06	Despesas
07	Distribuição dos Investimentos
08	Demonstrativo de Investimentos
09	Rentabilidade
10	Custos com Administração de Recursos
11	Política de Investimentos
12	Relatório de Avaliação Atuarial do Plano Básico
20	Relatório de Avaliação Atuarial do Plano Misto
29	Balanço Patrimonial Consolidado
30	Demonstração do Ativo Líquido
30	Demonstração da Mutação do Patrimônio Social
31	Demonstração da Mutação do Ativo Líquido
32	Demonstração das Provisões Técnicas
33	Demonstração do PGA
33	Demonstração das Despesas Administrativas
34	Notas Explicativas
48	Relatório dos Auditores Independentes
50	Parecer do Conselho Fiscal
50	Manifestação do Conselho Deliberativo

Mensagem aos participantes

Em cumprimento à resolução CNPC 32/2019, a Diretoria Executiva da BASES disponibiliza aos seus participantes o Relatório Anual de Informações – RAI referente ao ano de 2022. Além de uma exigência legal, o RAI é uma importante ferramenta de transparência e prestação de contas, através da divulgação dos resultados.

O ano de 2022 foi marcado pelo encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência do novo coronavírus (2019-nCoV). Dessa forma, a partir do dia 30 de maio de 2022, a BASES voltou os atendimentos presenciais.

Além das eleições presidenciais, a guerra entre a Rússia e a Ucrânia também afetou a economia brasileira em 2022. O petróleo atingiu US\$110, o maior resultado dos últimos oito anos, o que impactou nos preços do gás de cozinha e combustíveis. O conflito também aumentou o preço de alimentos que utilizam o trigo como ingrediente, a exemplo do pão.

No segmento de renda fixa, o Banco Central manteve a taxa básica de juros em 13,75% ao ano. O Comitê reforçou que, apesar da queda recente, a inflação ao consumidor continua elevada e possui riscos. O Banco Central deverá manter a taxa de juros estável até o terceiro trimestre de 2023, quando terá espaço para iniciar um ciclo moderado de cortes.

A renda variável não conseguiu superar a inflação. No ano, quem investiu no Ibovespa perdeu até mesmo para a poupança. O Ibovespa terminou 2022 com valorização acumulada de 4,69%, abaixo do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de 5,79%. Este foi o quarto ano seguido em que o Brasil fechou o ano com alta de preços superior à meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. Para 2022, a meta era de 3,5% com teto de 5%. Embora tenha estourado o

teto da meta, ficou bem abaixo do registrado em 2021, quando ficou em 10,06%.

O dólar terminou o ano em queda de 5,27% sobre o real. Com isso, a moeda do Brasil ficou entre as mais valorizadas do ano.

No segmento de Previdência Complementar Fechada, os ativos das EFPC totalizaram R\$ 1,18 trilhão, equivalente a 11,9% do PIB.

No relatório Consolidado Estatístico ABRAPP – dezembro/2022, a carteira consolidada das EFPC atingiu, no acumulado do ano 2022, a rentabilidade de 9,31%. O desempenho dos Planos de Benefícios da Bases em 2022 foi superior: o Plano Básico obteve rentabilidade de 9,91% a.a., acima 0,55% a.a., e o Plano Misto obteve rentabilidade de 10,45% a.a., acima em 1,04%.

O objetivo primordial da Entidade que é instituir e operar planos de benefícios previdenciário visando promover o bem-estar social dos seus participantes. E a Fundação vem desempenhando este papel de forma vitoriosa ao longo de sua história.

Agradecemos pela confiança.

DIRETORIA EXECUTIVA

Ingryd Cunha Lemos
**PRESIDENTE E DIRETORA DE
SEGURIDADE INTERINA**

Nelsiene Santos Sena
**DIRETORA ADMINISTRATIVA E
FINANCEIRA**

Panorama geral dos participantes em 2022

A BASES encerrou o exercício de 2022 com um total de 1.778 participantes, distribuídos entre os seus planos de benefícios. Desse total, 1.568 são assistidos (pessoas que estão recebendo benefícios), 205 ativos e 5 autopatrocinados (participante que perde o vínculo empregatício com a empresa patrocinadora e opta em permanecer na Bases, contribuindo mensalmente, com os mesmos valores de quando estava ativo, ou seja, com os valores de suas contribuições e os do patrocinador). A seguir apresentamos quadro demonstrativo do número de participantes:

PARTICIPANTES	QUANTIDADE 2022		
SITUAÇÃO	PLANO BÁSICO	PLANO MISTO	TOTAL
ATIVOS	34	171	205
AUTOPATROCINADOS	0	5	5
ASSISTIDOS	1.159	409	1.568
TEMPO DE SERVIÇO	575	156	731
INVALIDEZ	308	180	488
PRÉ-INVALIDEZ	0	13	13
IDADE	6	33	39
PENSÃO	270	27	297
TOTAL	1.193	585	1.778

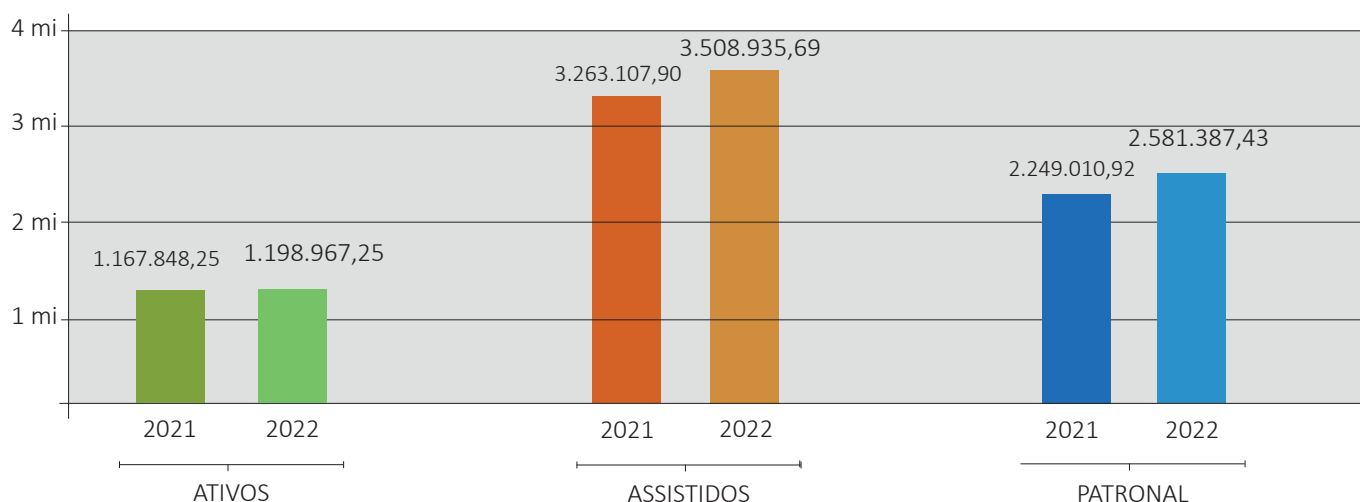
Receitas

As receitas dos Planos de Benefícios são representadas pelas contribuições dos patrocinadores, participantes ativos, assistidos e autopatrocinados, bem como pelos rendimentos financeiros resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. Em 2022, as receitas, somados os dois Planos de Benefícios, alcançaram o valor de R\$ 7.289.290,37.

RECEITAS	BALANCETES 2022		
CONTRIBUIÇÕES	PLANO BÁSICO	PLANO MISTO	TOTAL
ATIVOS	148.526,08	1.050.441,17	1.198.967,25
ASSISTIDOS	3.508.935,69	0,00	3.508.935,69
PATRONAL	1.901.937,59	679.449,84	2.581.387,43
TOTAL	5.559.399,36	1.729.891,01	7.289.290,37

Contribuições 2022 - Valores Consolidados

(R\$ milhões)

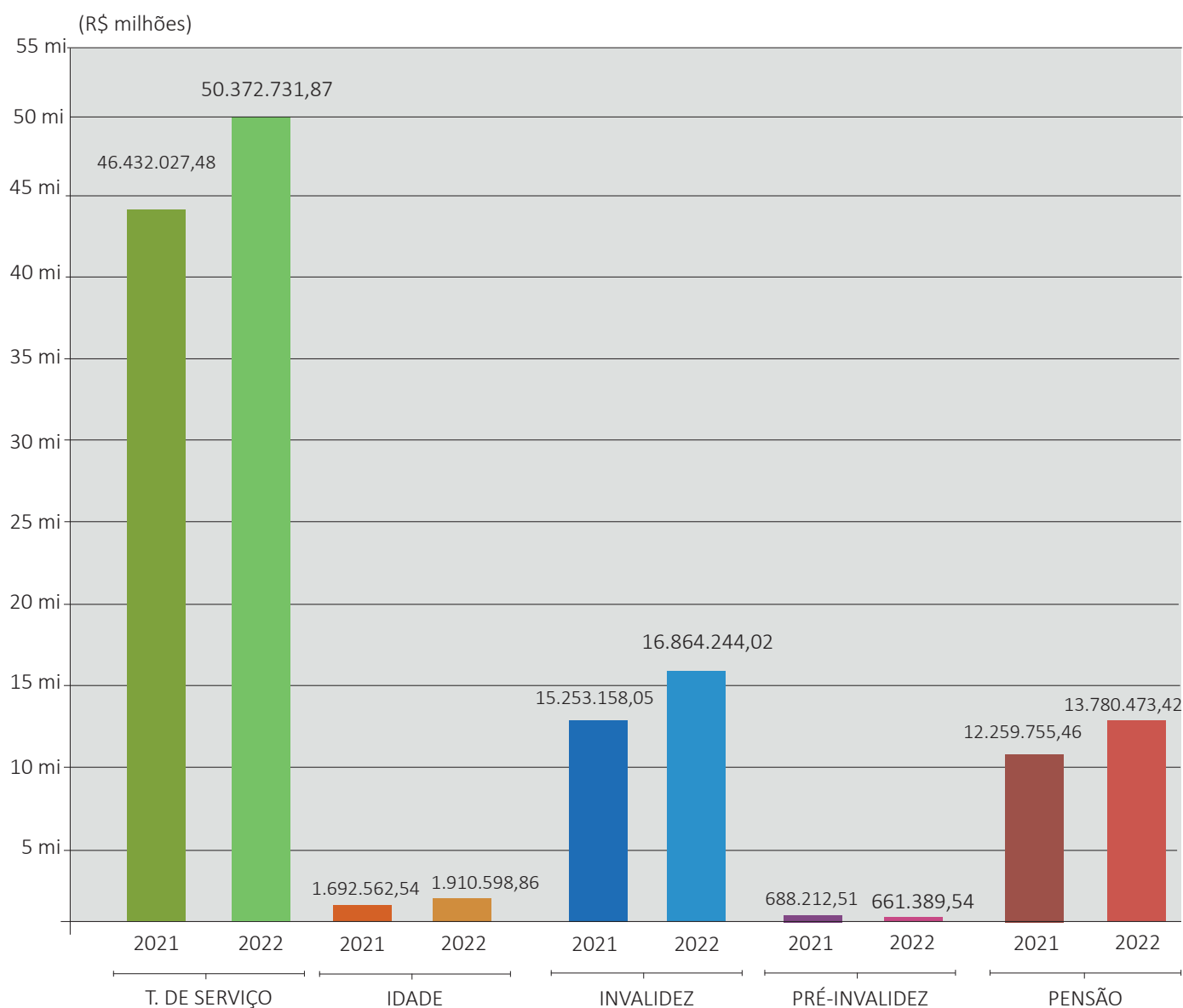


Despesas

As despesas previdenciais com as folhas de benefícios no ano de 2022 foram de R\$ 83.589.437,71. A folha do Plano Básico totalizou R\$ 63.867.106,26 e a folha do Plano Misto, R\$ 19.722.331,45. A seguir apresentamos quadro demonstrativo dos benefícios.

DESPESAS	BALANCETES 2022		
BENEFÍCIOS	PLANO BÁSICO	PLANO MISTO	TOTAL
TEMPO DE SERVIÇO	41.635.769,41	8.736.962,46	50.372.731,87
INVALIDEZ	9.522.374,69	7.341.869,33	16.864.244,02
PRÉ-INVALIDEZ	0,00	661.389,54	661.389,54
IDADE	268.661,51	1.641.937,35	1.910.598,86
PENSÃO	12.440.300,65	1.340.172,77	13.780.473,42
TOTAL	63.867.106,26	19.722.331,45	83.589.437,71

Folha 2022 - Valores Consolidados por tipo benefício



Distribuição de Investimentos

ANOS	2021		2022	
PLANO BÁSICO				
SEGMENTO	R\$	%	R\$	%
RENTA FIXA	578.212.309,25	91,53%	581.165.152,18	91,44%
EMPRÉSTIMO	8.427.863,62	1,33%	7.980.435,17	1,26%
IMÓVEIS	45.060.000,00	7,13%	46.390.000,00	7,30%
TOTAL PB	631.700.172,87	100,00%	635.535.587,35	100,00%
PLANO MISTO				
SEGMENTO	R\$	%	R\$	%
RENTA FIXA	318.874.425,66	96,91%	329.874.339,36	96,88%
EMPRÉSTIMO	10.154.702,13	3,09%	10.618.856,76	3,12%
TOTAL PM	329.029.127,79	100,00%	340.493.196,12	100,00%
CONSOLIDADO				
SEGMENTO	R\$	%	R\$	%
RENTA FIXA	897.086.734,91	93,38%	911.039.491,54	93,34%
EMPRÉSTIMO	18.582.565,75	1,93%	18.599.291,93	1,91%
IMÓVEIS	45.060.000,00	4,69%	46.390.000,00	4,75%
TOTAL GERAL	960.729.300,66	100,00%	976.028.783,47	100,00%

Demonstrativo de Investimentos - Plano Básico

ANOS	2021	2022
PLANO BÁSICO		
1. Gestão de Carteira Própria	50.881.420,40	62.645.656,97
1.1 Depósitos	-	-
1.2 Títulos Públicos	-	-
Títulos Privados	-	-
Ações	-	-
Operações Compromissadas	-	-
Participações em SPE	-	-
Derivativos Opções	-	-
Derivativos Termos	-	-
Derivativos Futuros	-	-
Derivativos Swaps	-	-
Empréstimos/Financiamentos	5.472.034,14	5.236.876,97
Carteira Imobiliária	45.060.000,00	46.390.000,00
Valores a Pagar/Receber	349.386,26	11.018.780,00
Exigível Contingencial/Investimentos	-	-
2. Fundos	578.212.311,24	581.165.154,25
BRDESCO FI MM FEB BD	578.212.311,24	581.165.154,25
3. Total Demonstrativo de Investimentos	629.093.731,64	643.810.811,22

Demonstrativo de Investimentos - Plano Misto

ANOS	2021	2022
PLANO MISTO		
1. Gestão de Carteira Própria	3.999.208,46	4.457.426,45
1.1 Depósitos	-	-
1.2 Títulos Públicos	-	-
Títulos Privados	-	-
Ações	-	-
Operações Compromissadas	-	-
Participações em SPE	-	-
Derivativos Opções	-	-
Derivativos Termos	-	-
Derivativos Futuros	-	-
Derivativos Swaps	-	-
Empréstimos/Financiamentos	4.013.645,33	4.467.159,93
Carteira Imobiliária	-	-
Valores a Pagar	-	-9.733,48
Exigível Contingencial/Investimentos	-	-
2. Fundos	318.874.425,66	329.874.288,46
BRADESCO FI MM FEB II CD	318.874.425,66	329.874.288,46
3. Total Demonstrativo de Investimentos	322.873.634,12	334.331.714,91

Demonstrativo de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa

ANOS	2021	2022
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA		
1. Gestão de Carteira Própria	324,62	659,05
1.1 Depósitos	324,62	659,05
1.2 Títulos Públicos	-	-
Títulos Privados	-	-
Ações	-	-
Operações Compromissadas	-	-
Participações em SPE	-	-
Derivativos Opções	-	-
Derivativos Termos	-	-
Derivativos Futuros	-	-
Derivativos Swaps	-	-
Empréstimos/Financiamentos	-	-
Carteira Imobiliária	-	-
Valores a Pagar	-	-
Exigível Contingencial/Investimentos	-	-
2. Fundos	12.305.136,37	11.736.259,81
BRADESCO FI RF CP TOP BANCOS	2.896.495,54	3.272.995,17
BRADESCO FI RF DI FEDERAL EXTRA	9.408.640,83	8.463.264,64
3. Total Demonstrativo de Investimentos	12.305.460,99	11.736.918,86

Rentabilidade Acumulada dos Planos

	RENTABILIDADE ACUMULADA	
ANO	PLANO BÁSICO	META ATUARIAL
2021	9,62%	15,67%
2022	9,91%	10,45%

	RENTABILIDADE ACUMULADA	
ANO	PLANO MISTO	META ATUARIAL
2021	10,53%	22,60%
2022	10,45%	9,51%

	RENTABILIDADE ACUMULADA	
ANO	PGA	META ATUARIAL
2021	4,45%	4,40%
2022	12,31%	12,37%

Rentabilidade por Plano e por Segmento de Aplicação

PLANO BÁSICO	2021	2022
RENTA FIXA	9,92%	10,05%
EMPRÉSTIMO	19,13%	12,55%
IMÓVEIS	4,14%	7,54%
PLANO (INVESTIMENTOS)	9,62%	9,91%

PLANO MISTO	2021	2022
RENTA FIXA	9,93%	10,36%
EMPRÉSTIMO	27,74%	12,55%
PLANO (INVESTIMENTOS)	10,53%	10,45%

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)	2021	2022
RENTA FIXA	4,45%	12,31%
PGA (INVESTIMENTOS)	4,45%	12,31%

Custos com Administração de Recursos

Plano Básico

PLANO BÁSICO	1º SEMESTRE		2º SEMESTRE		TOTAL	
TX ADM.	190.660,34	69,83%	191.814,59	71,77%	382.474,93	67,58%
PERFORMANCE	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
TX ANBIMA	2.895,00	0,97%	2.895,00	1,08%	5.790,00	1,02%
TX CETIP	42.476,47	14,22%	44.659,15	16,71%	87.135,62	15,40%
TX SELIC	7.516,14	2,52%	7.299,80	2,73%	14.815,94	2,62%
AUDITORIA	-	0,00%	5.835,00	0,00%	5.835,00	1,03%
CUSTÓDIA	14.666,19	4,91%	14.754,93	2,18%	29.421,12	5,20%
CVM	40.477,29	13,55%	-	5,52%	40.477,29	7,15%
OUTROS	9,74	0,00%	18,48	0,01%	28,22	0,00%
TOTAL	298.701,17	100,00%	267.276,95	100,00%	565.978,12	100,00%

Plano Misto

PLANO MISTO	1º SEMESTRE		2º SEMESTRE		TOTAL	
TX ADM.	105.402,52	57,27%	107.604,63	70,41%	213.007,15	63,23%
PERFORMANCE	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
TX ANBIMA	2.895,00	1,57%	2.895,00	1,89%	5.790,00	1,72%
TX CETIP	22.680,92	12,32%	23.840,57	15,60%	46.521,49	13,81%
TX SELIC	4.471,53	2,43%	4.361,55	2,85%	8.833,08	2,62%
AUDITORIA	-	0,00%	5.835,00	3,82%	5.835,00	1,73%
CUSTÓDIA	8.107,91	4,41%	8.277,31	5,42%	16.385,22	4,86%
CVM	40.477,29	21,99%	-	0,00%	40.477,29	12,02%
OUTROS	9,74	0,01%	18,48	0,01%	28,22	0,01%
TOTAL	184.044,91	100,00%	152.832,54	100,00%	336.977,45	100,00%

Valores Consolidados

PLANO MISTO	TOTAL	
TX ADM.	595.482,08	65,96%
PERFORMANCE		0,00%
TX ANBIMA	11.580,00	1,28%
TX CETIP	133.657,11	14,80%
TX SELIC	23.649,02	2,62%
AUDITORIA	11.670,00	1,29%
CUSTÓDIA	45.806,34	5,07%
CVM	80.954,58	8,97%
OUTROS	56,44	0,01%
TOTAL	902.855,57	100,00%

Aderência à Política de Investimentos de 2022

SEGMENTOS	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2022				ENQUADRAMENTO BASES 2022		
	RESOL. 4.994	PLANO BÁSICO	PLANO MISTO	PGA	PLANO BÁSICO	PLANO MISTO	PGA
Renda Fixa	100%	100%	100%	100%	91,44%	96,88%	100%
Renda Variável	70%	30%	20%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Invest. Estruturados	20%	20%	15%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Imóveis	20%	8%	5%	0,00%	7,30%	0,00%	0,00%
Empréstimo a Participantes	15%	15%	15%	0,00%	1,26%	3,12%	0,00%
Invest. no Exterior	10%	10%	5%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total					100,00%	100,00%	100,00%

Quadro Resumo da Política de Investimentos para o ano de 2023

TAXA MÍNIMA/ÍNDICE DE REFERÊNCIA

PERÍODO DE REFERÊNCIA	INDEXADOR	PLANO	TAXA DE JUROS
01/2023 a 12/2023	INPC	Plano de Benefício Definido- Básico CNPB: 19.860.002-65	4,76%
01/2023 a 12/2023	INPC	Plano Misto de Benefícios Previdenciários CNPB: 19.980.037-11	4,09%
01/2023 a 12/2023	DI-CETIP	Plano de Gestão Administrativa- PGA	0,00%

DOCUMENTAÇÃO RESPONSÁVEL

Aprovação na Ata da 367ª Reunião do Conselho Deliberativo, de 25/11/2022

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO

PERÍODO	SEGMENTO	NOME	CARGO
01/2023 a 12/2023	Plano	Nelsiene Santos Sena	Diretora Adm. Financeira

CONTROLE DE RISCO

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	
Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Não	Dispõe de Manual: Não	Realiza Estudos de ALM: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não	

ALOCÇÃO DE RECURSOS - Período de Referência: 01/2023 a 12/2023

PLANO BÁSICO

SEGMENTO	LIMITE RES. 4.994	ALOCÇÃO MÍNIMA %	ALOCÇÃO MÁXIMA %	ALOCÇÃO ALVO%	META DE RENTABILIDADE
REDA FIXA	100	0	100	95	INPC + 4,76% a.a
REDA VARIÁVEL	70	0	10	0	IBX + 3,00% a.a
IMÓVEIS	20	0	5	0	INPC + 4,76% a.a
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	15	0	8	4	INPC + 4,76% a.a
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20	0	10	1	INPC + 4,76% a.a
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10	0	10	0	INPC + 4,76% a.a

PLANO MISTO

SEGMENTO	LIMITE RES. 4.994	ALOCÇÃO MÍNIMO %	ALOCÇÃO MÁXIMO %	ALOCÇÃO ALVO%	META DE RENTABILIDADE
REDA FIXA	100	0	100	94	INPC + 4,09% a.a
REDA VARIÁVEL	70	0	10	0	IBX + 3,00% a.a
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	15	0	10	4	INPC + 4,09% a.a
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20	0	20	1	INPC + 4,09% a.a
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10	0	10	1	INPC + 4,09% a.a

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

SEGMENTO	LIMITE RES. 4.994	ALOCÇÃO MÍNIMO %	ALOCÇÃO MÁXIMO %	ALOCÇÃO ALVO%	META DE RENTABILIDADE
REDA FIXA	100	0	100	100	CDI

Relatório de Avaliação Atuarial do Plano Básico

1. Introdução

Este Relatório de Avaliação Atuarial tem como objetivo apresentar os resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2022 do Plano Básico (CNPB: 1986.0002-65), realizada na posição de 31/12/2022, utilizando a base de dados cadastrais de 30/11/2022, dimensionando o valor de suas Provisões Matemáticas Reavaliadas, de seus Fundos Previdenciais e de outros compromissos do Plano de Benefícios, considerando hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento em conformidade com a legislação vigente e com as boas práticas previstas na literatura atuarial, para que se possa definir o Plano de Custeio do Plano, permitindo um planejamento de longo prazo adequado por parte de seus administradores para quitação das suas obrigações futuras de natureza Previdencial, em conformidade com a legislação vigente e com as definições estabelecidas no Regulamento do Plano em vigor.

Observações: Base de dados cadastrais de novembro de 2022, com provisão de reajuste utilizando o INPC do IBGE, para posicionar os valores monetários a preços de dezembro de 2022, no que se refere a realização da Avaliação Atuarial.

2. Legislação Aplicável

A seguir destacamos os principais normativos aplicáveis ao segmento de Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC do Brasil, observados para elaboração desta Avaliação Atuarial de encerramento de exercício:

- Lei nº 109/2001 de 29/05/2001

Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.

- Resolução CNPC nº 30/2018 de 10/10/2018

Dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, bem como estabelece parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios, e dá outras providências.

- Instrução Previc nº 33/2020 de 23/10/2020

Regulamenta critérios técnico-atuariais para definição da duração do passivo, da taxa de juros parâmetro, do ajuste de precificação, do estudo técnico de adequação das hipóteses atuarias, além de estabelecer procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar para destinação e utilização de superávit e elaboração, aprovação e execução de planos de equacionamento de déficit.

3. Informações Gerais sobre o Plano

O Plano Básico é um Plano do tipo Benefício Definido, fechado à adesão de novos participantes desde 01/07/1998, administrado pela FUNDACAO BANE DE SEGURIDADE SOCIAL- BASES e Patrocinado pela BANE CORRETORA DE SEG. S/A (CNPJ: 14.560.304/0001-18), pelo BANCO ALVORADA S/A (CNPJ: 33.870.163/0001-84) e pela própria BASES (CNPJ: 14.855.753/0001-93).

4. Hipóteses Atuariais e Métodos de Financiamento

4.1. Hipóteses Atuariais

A análise das hipóteses atuariais foi realizada considerando que a avaliação atuarial é feita com base em hipóteses atuariais adequadas às características do Plano de Benefícios, da sua massa de Participantes, Assistidos e Beneficiários, ao ambiente econômico e à legislação, bem como à atividade desenvolvida pelo Patrocinador, sabendo que as hipóteses atuariais devem refletir expectativas de longo prazo, pois se destinam a prever os compromissos futuros até o encerramento do Plano de Benefícios e que o Atuário deve certificar-se de que as hipóteses selecionadas são adequadas. Para o encerramento do exercício de 2022 a análise das hipóteses atuariais considerou o estabelecido na legislação vigente, que define orientações e procedimentos a serem adotados pelas EFPC na realização ou na manutenção dos estudos técnicos já existentes. O conjunto das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas, conforme indicado pela Carta BASES – 08 / 2023, foram as seguintes:

Hipótese	Valor
Taxa Real de Juros	4,76% ao ano
Crescimento Real de Salário	0,00% ao ano
Crescimento Real do SRB	3,00% ao ano
Fator de Capacidade dos Benefícios	97,24%
Indexador do Plano	INPC do IBGE
Tábua de Mortalidade Geral	q_x da AT2000 (segregada por sexo) desagregada em 15%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	$q_x^i = q_x$ da da AT-83 (masculina)
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas
Rotatividade	Nula
Composição Familiar- Benefícios a Conceder	Família Média (Hx12) 2021
Composição Familiar- Benefícios Concedidos de Aposentadorias	Família Média (Hx12) 2021
Composição Familiar- Benefícios Concedidos de Pensões	Família Efetiva
Entrada em Aposentadoria	Ao preencher as carências regulamentares

Do encerramento do exercício de 2021 para o encerramento do exercício de 2022, foi alterada a hipótese da taxa real de juros, que passou para 4,76% ao ano, conforme decisão da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo da Entidade, conforme indicado pela Carta BASES – 08/2023, o estudo de aderência encaminhado através do JM/2199/2021, que apresentaram as Hipóteses Atuariais a serem adotadas na avaliação atuarial do Plano para o encerramento do exercício de 2021, elaborados nos termos estabelecidos pela legislação em vigor, além estudo de aderência da taxa real de juros realizado pelo consultor financeiro e pelos Atestados de Validação das Informações Cadastrais e Técnicas preparado e enviado pelo ARPB e pelo AETQ. As alterações das hipóteses atuariais resultaram nos seguintes impactos nas Provisões Matemáticas reavaliadas em 31/12/2022:

Hipótese	Valor
Taxa Real de Juros	R\$ 8.981.079,26

4.2. Método de Financiamento

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado a novas adesões de participantes desde 01/07/1998, o regime financeiro de Capitalização na versão Agregado continuou sendo adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria, de Pensão por Morte, Auxílio Reclusão e de Pecúlio por Morte, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

5. Perfil da Massa de Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios

Os valores apresentados a seguir são nominais e se referem a base cadastral de 30/11/2022.

5.1. Participantes Não Assistidos

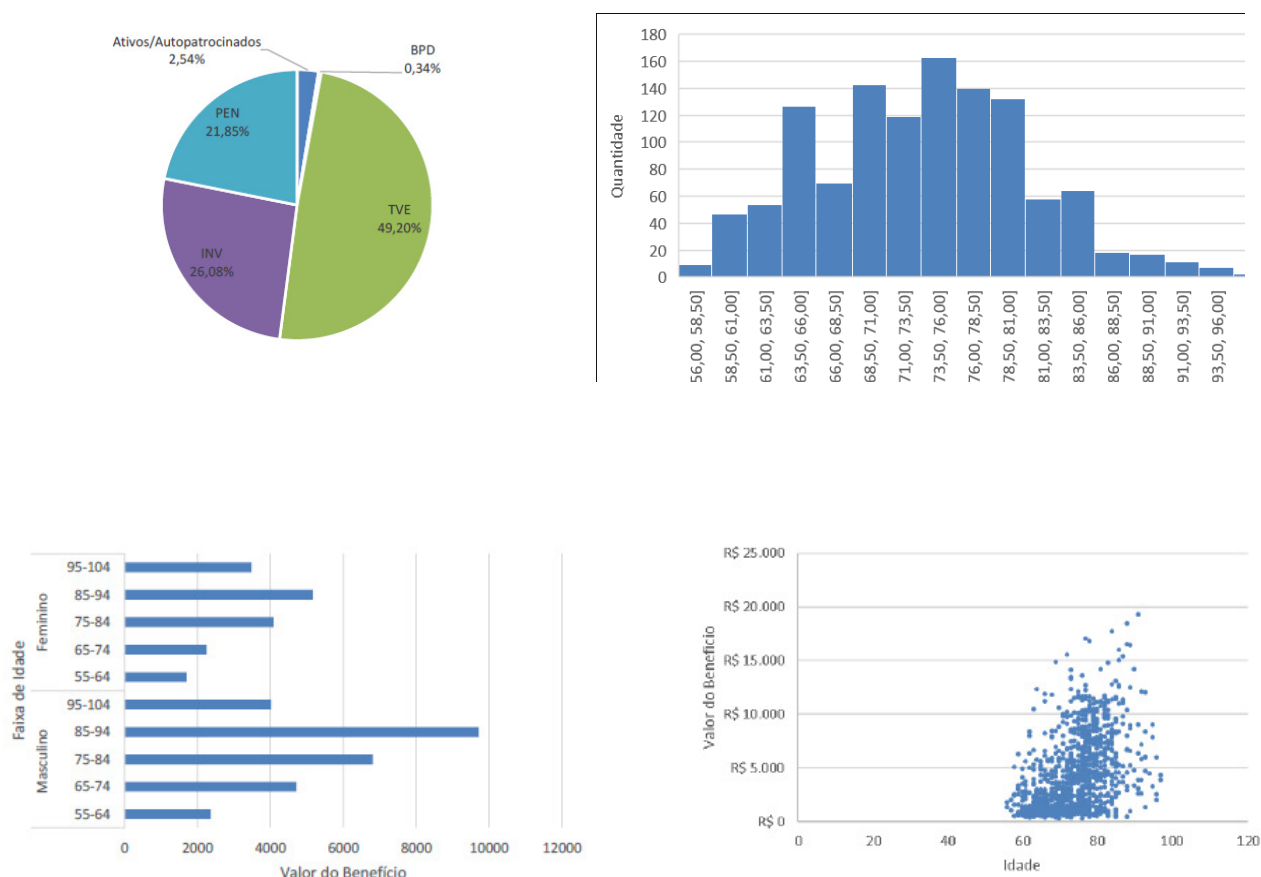
Referência	Ativos/Autopatrocínados	BPD
Quantidade Total	30	4
Idade Média (anos)	68,53	67,70
Tempo de Serviço Médio (anos)	46,63	40,00
Tempo Médio de Contribuição (anos)	35,77	-
Salário Real de Benefício Médio Mensal (R\$)	8.465,18	-
Folha Anual do Salário Real de Benefício (R\$)	3.301.420,46	-

5.2. Participantes Assistidos

Referência	TVE	Invalidez	Pensão *
Quantidade	581	308	258
Idade Média (anos)	75,71	68,16	70,31
Benefício Médio Mensal (R\$)	5.516,87	2.372,94	3.645,42
Folha Anual do Benefício Médio Mensal (R\$)	41.668.943,29	9.501.269,18	9.887.750,86

* Para Pensões por Morte, nesta tabela, foram utilizadas as idades de todos os dependentes cadastrados em cada família e os valores de benefícios integralizados por família.

5.3. Análise gráfica dos Participantes Não Assistidos e Assistidos



Para Pensões por Morte, nos gráficos apresentados, foram utilizadas as idades e sexos indicados dos cônjuges no cadastro de dependentes.

6. Qualidade da base cadastral e dados contábeis utilizados

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder e como Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais apresentadas nesta Avaliação Atuarial, o regime atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para o conjunto dos benefícios de aposentadoria, de pensão por morte e de Pecúlio por Morte, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela Fundação BASES, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da Avaliação Atuarial do exercício de 2022..

7. Duração do Passivo

A duração do passivo foi calculada em 8,4274 anos através do sistema Venturo da Previc, utilizando o fluxo probabilístico de receitas e despesas previdenciárias na posição de 31/12/2022, equivalente a média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do Plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios.

8. Patrimônio de Cobertura do Plano

O Patrimônio de Cobertura efetivamente constituído pelo Plano Básico é o valor utilizado para fazer face às Provisões Matemáticas calculadas (Passivo do Plano) e determinará se o Plano de Benefícios Previdenciário está equilibrado, deficitário ou superavitário. Esse patrimônio pode ser composto por bens, direitos e ativos financeiros. Esses ativos financeiros, conforme disposto na legislação em vigor, podem estar segmentados em Renda Fixa, Renda Variável Estruturado, Imobiliário, Operações com Participantes e Exterior. O Patrimônio de Cobertura informado pela Fundação BASES para o Plano Básico na posição de 31/12/2022 foi de R\$ 646.102.705,52.

9. Resultados apurados

9.1. Resultados a Valor Presente

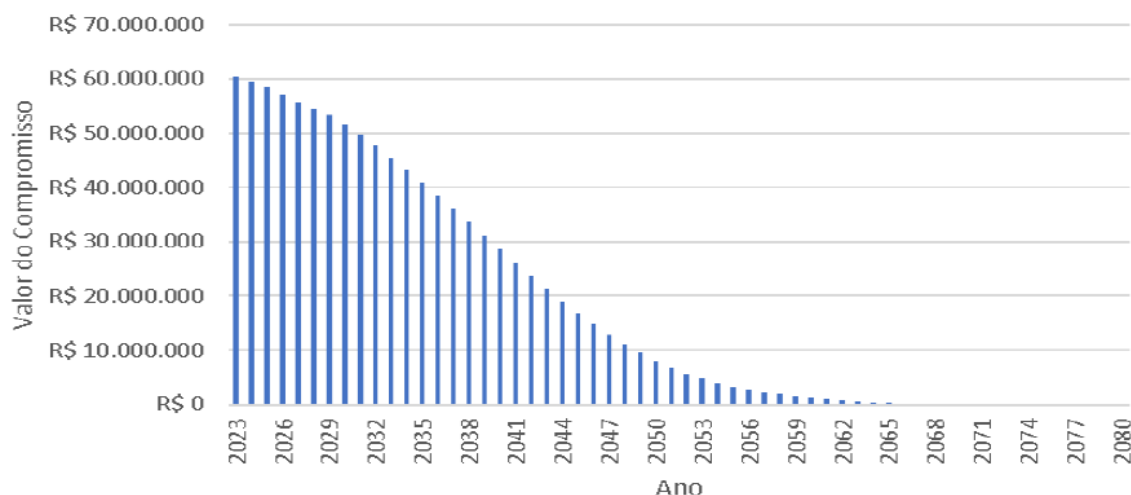
A situação financeiro-atuarial do Plano Básico, avaliado pelo regime/método de financiamento atuarial Agregado (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do ano anterior), em razão do fechamento do Plano a novas adesões de participantes, em 01/07/1998, apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ 23.033.456,64, equivalente a 3,56% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente na posição de 31/12/2022, conforme a seguir:

CÓDIGO	TÍTULO	VALORES - (R\$)
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO (*)	646.102.705,52
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	669.136.162,16
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	653.579.667,47
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.01.02.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização	653.579.667,47
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados- Assistidos	504.043.269,74
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados- Assistidos	149.536.397,73
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder	15.556.494,69
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.02.02.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	12.932.164,40
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	13.055.660,55
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-115.622,48
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-7.873,67
2.3.1.1.02.03.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	2.624.330,29
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	2.649.391,42
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-23.463,33
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-1.597,81
2.3.1.1.02.04.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Repart de Cap de Cobertura	0,00
2.3.1.1.02.05.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
2.3.1.1.03.00.00	Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinadores (ES)	0,00
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	-23.033.456,64
2.3.1.2.01.00.00	Resultados Realizados	-23.033.456,64
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	0,00
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-23.033.456,64
2.3.1.2.02.00.00	Resultados a Realizar	0,00

* Os valores contábeis encaminhados para processamento da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2022 não sofreram análise pela Jessé Montello e a responsabilidade por sua veracidade é integralmente da Entidade.

9.2. Resultados a Valor Futuro

Foram projetados através de valores de fluxos probabilísticos de receitas e despesas previdenciárias o compromisso a valor futuro para fins de apuração da duração do passivo e ajuste de precificação. O compromisso a valor futuro apresentou o seguinte comportamento:



A previsão para quitação do último compromisso previdenciário do Plano é no ano 2080.

10. Variação das Provisões Matemáticas

A composição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2021 para o final do ano 2022, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2021	31/12/2022	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	637.700.177,42	653.579.667,47	2,49%
Provisão de Benefícios a Conceder	14.677.746,99	15.556.494,69	5,99%
Provisão Matemática a Constituir- Serviço	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	652.377.924,41	669.136.162,16	2,57%

(valores em R\$)

As Provisões Matemáticas avaliadas em 31/12/2022, utilizando as hipóteses atuariais indicadas no item 4.1. deste Relatório de Avaliação Atuarial, com a base cadastral de 30/11/2022 (cujos valores monetários foram projetados no valor pico com previsão de reajuste para a data da Avaliação Atuarial), variaram em comparação com os valores avaliados em 31/12/2021, em parte pela alteração da hipótese atuarial e em parte pela evolução cadastral e atualização dos valores monetários atrelados pela inflação do INPC do IBGE, fazendo com que as provisões matemáticas se elevassem em aproximadamente 2,57% em relação aos valores contabilizados no encerramento de 2022.

11. Natureza do Resultado

O Plano apresentou um resultado deficitário no encerramento do exercício de 2022 no valor de R\$ (23.033.456,64), considerando as perdas financeiras apuradas no ano de 2022, a natureza do resultado pode ser considerada em parte como conjuntural, em decorrência de perdas financeiras e em parte estrutural, considerando a alteração de premissas atuariais adotadas com base em estudos técnicos de aderência realizados ao longo do ano de 2022. Por meio do programa Venturo disponibilizado pela PREVIC, foi calculado o ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, considerando a taxa de juros real anual utilizada nesta avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, de forma a se apurar o equilíbrio técnico ajustado. Em 31/12/2022 o ajuste de precificação corresponde a R\$ (5.410.002,00). Levando-se em conta esse ajuste de precificação, o equilíbrio técnico ajustado foi calculado em R\$ (28.443.458,64), nos termos estabelecidos pela Resolução CNPC nº 30/2018, conforme a seguir:

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	Valor
a) Resultado Realizado	(23.033.456,64)
a.1) Superávit Técnico Acumulado	-
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	(23.033.456,64)
b) Ajuste de Precificação	(5.410.002,00)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(28.443.458,64)

Este Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (28.443.458,64) equivale a 4,2508% das Provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 669.136.162,16 na posição de 31/12/2022 e como a Duração do Passivo do Plano foi calculada em 8,4274 anos, o Equilíbrio Técnico Ajustado é inferior ao limite de resultado deficitário que pode ser mantido no Plano, calculado em $1\% \times (\text{duração do passivo de 8,4274 anos} - 4)$ das provisões matemáticas, o que resulta em um limite de déficit de 4,4274% dessas provisões, limite este que totaliza R\$ 29.625.334,44, e, que de acordo com a legislação em vigor, pode ser mantido no Plano. Registramos, em atendimento a legislação, por meio do Estudo Técnico para Verificação da Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros Atuarial do Plano, realizado por Consultor Financeiro da EFPC ao longo do ano de 2022, foi verificada a capacidade financeira do Plano de carregar a posição alocada em títulos públicos federais indexados à inflação marcados na curva, até os seus respectivos vencimentos, tendo como princípio básico a satisfação simultaneamente das condições de solvência e liquidez intertemporal do Plano. Neste estudo se evidenciou que a taxa de reaplicação necessária para o equilíbrio do Plano não está sendo afetada pela distribuição temporal do fluxo destes títulos, em relação ao passivo, confirmando, desta forma, que até então existe capacidade financeira de manutenção na carteira dos títulos classificados como mantidos até o vencimento, sem que o equilíbrio técnico ajustado apurado represente risco de liquidez no curto prazo.

12. Variação do Resultado apurado entre 2021 e 2022

O déficit contábil apurado em 31/12/2022 foi elevado em 12,78% em relação ao déficit apurado em 31/12/2021, considerando houve a redução da hipótese da taxa real de juros e sabendo que o patrimônio de cobertura do plano sofreu com perdas financeiras decorrentes da grave crise mundial vivenciada pela pandemia instaurada pelo coronavírus ao longo dos anos de 2020 e 2021, considerando ainda que paralelamente a inflação apurada neste período pelo INPC do IBGE, indexador do Plano, não excedeu significativamente as expectativas, conforme podemos observar a seguir:

Referência	31/12/2021	31/12/2022	Variação
Déficit / Superávit Técnico Acumulado	-20.423.122,20	-23.033.456,64	12,78%
Reserva de Contingência	-	-	-
Reserva Especial	-	-	-

(em R\$)

13. Custos Avaliados

A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para os participantes do Plano de Benefícios Definidos da BASES, utilizando as hipóteses atuariais apresentada nesta Demonstração Atuarial (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela BASES, resultou no custo total líquido de 12,38% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos (excluída a contribuição normal de 8% dos participantes aposentados destinada a participar do custeio normal dos benefícios), conforme descrito a seguir:

REFERÊNCIA	CUSTO (%)	
TIPO DE BENEFÍCIO	Ano Anterior	Ano Atual
APOSENTADORIAS *1	10,06%	10,29%
INVALIDEZ	0,01%	0,01%
PENSÃO POR MORTE	1,31%	1,20%
PECÚLIO POR MORTE*2	0,95%	0,88%
AUXÍLIO RECLUSÃO *2	-%	-%
SUB-TOTAL (1)	12,32%	12,38%
SUPLEMENTAR	-	-
ADMINISTRAÇÃO *3	2,18%	2,18%
SUB-TOTAL (2)	2,18%	2,18%
TOTAL (1)+(2)	14,50%	14,56%

*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

*2: Custo apresentado junto com o custo da Pensão por Morte.

*3: Custo coberto por contribuições paritárias entre Participantes e Patrocinador: 15% das Contribuições Normais.

14. Plano de Custeio

O custo total carregado com a sobrecarga administrativa de 15%, reavaliado em 14,56% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2023, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Benefícios Definidos da BASES, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Contribuições Normais *1	Em %
Referência	Ano Atual
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	6,177%
Contribuição Normal do Patrocinador	8,383%
Sub-Total	14,56%
Contribuição Suplementar	-
Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos)	14,56%
Contribuições Normais dos Assistidos *2	9,41%
Aposentados Assistidos	9,41%
Pensionistas Assistidos	-

*1: Contribuições Normais carregadas com a sobrecarga administrativa de 15%.

*2: Cálculo realizado considerando apenas a população que realiza contribuições normais.

NOTA: A contribuição dos autopatrocinados, com base nos resultados da presente avaliação atuarial, relativa à parcela que eles fazem à parte do Patrocinador, deverá ser ajustada, a partir do início de vigência do Plano de Custeio para o exercício de 2023, para o correspondente a 1,357131 vezes a contribuição que fazem relativamente à parte do Participante.

A Contribuição Normal Vigente, atuarialmente determinada, de 14,56% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado em 31/12/2022, de 14,56% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado em 31/12/2022.

Para o exercício de 2023, estão sendo mantidas as contribuições normais vigentes no exercício de 2022, considerando o estabelecido no Regulamento do Plano:

I – Contribuição mensal dos participantes não assistidos, mediante o recolhimento de um percentual do salário de participação, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Art. 101 do Regulamento do Plano;

II – Contribuição mensal dos participantes assistidos, mediante o recolhimento de percentuais do benefício concedido pelo PLANO, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Art. 101 do Regulamento do Plano; e

III – contribuição mensal dos PATROCINADORES, mediante o recolhimento de percentuais da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Art. 101 do Regulamento do Plano.

NOTA: Nas contribuições referidas acima não está incluso o rateio paritário das despesas administrativas, a qual será paga paritariamente (participante e patrocinadora), através da taxa de carregamento, que para o exercício de 2023 corresponderá a 15% da respectiva contribuição normal.

Este plano de custeio entra em vigor a partir do dia 1º de abril de 2023.

15. Rentabilidade

A rentabilidade nominal líquida, efetivamente obtida ao longo de 2022 pela Entidade, na aplicação do Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios, foi de 11,69% contra uma meta atuarial nominal de rentabilidade líquida estimada de 11,36%, o que, em termos reais, representou obter -5,29% no ano, ou seja, em patamar acima da meta atuarial de

rentabilidade real líquida de 4,98% ao ano estabelecida para o ano de 2022. A variação do índice de inflação utilizado (INPC do IBGE) é aplicada com 1 (um) mês de defasagem. Na apuração das taxas de juros a metodologia empregada foi a Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais das adições e deduções previdenciárias.

16. Principais Riscos Atuariais

Os principais Riscos Atuariais do Plano em questão estão associados ao aumento de sobrevivência e à redução das taxas de retorno dos investimentos. Para mitigar esses riscos, no que se refere à sobrevivência, ano após ano, vem sendo feitos testes de aderência de tábuas de mortalidade/sobrevivência e implantados, sempre que necessários, os correspondentes ajustes na hipótese de sobrevivência adotada e, no que se refere à taxa de retorno dos investimentos, levando em consideração os títulos existentes em carteira associados à cobertura dos benefícios previdenciários e às respectivas durações de seus pagamentos e as taxas de retornos esperadas para as novas aplicações e reaplicações a serem feitas nos anos futuros, devem primar pela realização dos ajustes que se fizerem necessários. De todo modo, todas as hipóteses atuariais envolvidas no cálculo atuarial, se não realizadas, geram riscos para o Plano. Além dos riscos decorrentes da não realização das hipóteses atuariais conforme projetado, as EFPC estão sujeitas, principalmente, aos riscos de liquidez (descasamento de ativos x passivos), riscos operacionais e de manutenção de cadastro, que podem impactar de forma mais acentuada os modelos matemáticos utilizados nos cálculos e projeções atuariais, os quais devem ser constantemente analisados no âmbito da EFPC, inclusive considerando que o valor de ajuste de precificação foi apurado em valor negativo.

17. Soluções para o Equacionamento do Déficit

Apesar do equilíbrio técnico ajustado apurado estar dentro do limite aceitável de manutenção de déficit, conforme estabelecido pela legislação vigente, sabendo inclusive que estamos vivenciando uma crise financeira global não vivida por gerações, decorrente principalmente pela Pandemia instaurada pelo Coronavírus, que refletiram em perdas financeiras globais ao longo do ano de 2022, com reflexos na rentabilidade do Plano, recomenda-se no tempo adequado, no caso de haver situações de déficit que venham a ocorrer constantemente, que sejam tomadas ações efetivas por parte dos Órgão de Governança da Entidade. Para evitar a evolução do desequilíbrio apurado, continuaremos realizando o acompanhamento dos resultados das Avaliações Atuariais e das necessidades do Plano mensalmente de forma a promover os ajustes que venham a ser necessários ao custeio do Plano e de seus parâmetros atuariais, requeridos para manutenção permanente de seu equilíbrio econômico e financeiro, oferecendo soluções, caso haja necessidade, que atendidas as restrições legais, sejam compatíveis com a necessidade de liquidez do Plano e a capacidade de pagamento dos Participantes, Assistidos e da Patrocinadora, sem gerar insolvência financeira ao Plano de Benefícios.[]

18. Despesas Administrativas

15% das Contribuições Normais dos Participantes Não Assistidos, dos Assistidos (Aposentados) e do Patrocinador, correspondem ao carregamento destinado ao custeio das Despesas Administrativas.

19. Conclusão

Na qualidade de atuários habilitados e legalmente responsáveis pela avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2022 do Plano Básico administrado pela Fundação BASES, atestamos que ele se encontra deficitário, porém dentro do limite aceitável de manutenção de desequilíbrio de acordo com a legislação em vigor.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2023.

Gabriel Pimentel Sátyro
Atuário MIBA 2799

José Roberto Montello
Atuário MIBA 426

Relatório de Avaliação Atuarial do Plano Misto

1. Introdução

Este Relatório de Avaliação Atuarial tem como objetivo apresentar os resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2021 do Plano Misto (CNPB: 1998.0037-11), realizada na posição de 31/12/2022, utilizando a base de dados cadastrais de 30/11/2022, dimensionando o valor de suas Provisões Matemáticas Reavaliadas, de seus Fundos Previdenciais e de outros compromissos do Plano de Benefícios, considerando hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento em conformidade com a legislação vigente e com as boas práticas previstas na literatura atuarial, para que se possa definir o Plano de Custeio do Plano, permitindo um planejamento de longo prazo adequado por parte de seus administradores para quitação das suas obrigações futuras de natureza Previdencial, em conformidade com a legislação vigente e com as definições estabelecidas no Regulamento do Plano em vigor.

Observações: Base de dados cadastrais de novembro de 2022, com provisão de reajuste utilizando o INPC do IBGE, para posicionar os valores monetários a preços de dezembro de 2022, no que se refere a realização da Avaliação Atuarial.

2. Legislação Aplicável

- Lei nº 109/2001 de 29/05/2001

Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.

- Resolução CNPC nº 30/2018 de 10/10/2018

Dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, bem como estabelece parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios, e dá outras providências.

- Instrução Previc nº 33/2020 de 23/10/2020

Regulamenta critérios técnico-atuariais para definição da duração do passivo, da taxa de juros parâmetro, do ajuste de precificação, do estudo técnico de adequação das hipóteses atuarias, além de estabelecer procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar para destinação e utilização de superávit e elaboração, aprovação e execução de planos de equacionamento de déficit.

3. Informações Gerais sobre o Plano

O Plano Misto é um Plano do tipo Benefício Definido administrado pela FUNDAÇÃO BANEB DE SEGURIDADE SOCIAL- BASES e Patrocinado pela BANEB CORRETORA DE SEG. S/A (CNPJ: 14.560.304/0001-18), pelo BANCO ALVORADA S/A (CNPJ: 33.870.163/0001-84) e pela própria BASES (CNPJ: 14.855.753/0001-93).

4. Hipóteses Atuariais e Métodos de Financiamento

4.1. Hipóteses Atuariais

A análise das hipóteses atuariais foi realizada considerando que a avaliação atuarial é feita com base em hipóteses atuariais adequadas às características do Plano de Benefícios, da sua massa de Participantes, Assistidos e Beneficiários, ao ambiente econômico e à legislação, bem como à atividade desenvolvida pelo Patrocinador, sabendo que as hipóteses atuariais devem refletir expectativas de longo prazo, pois se destinam a prever os compromissos futuros até o encerramento do Plano de Benefícios e que o Atuário deve certificar-se de que as hipóteses selecionadas são adequadas. Para o encerramento do exercício de 2022 a análise das hipóteses atuariais considerou o estabelecido na legislação vigente, que define orientações e procedimentos a serem adotados pelas EFPC na realização ou na manutenção dos estudos técnicos já existentes. O conjunto das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas, conforme indicado pela Carta BASES – 08 / 2023, foram as seguintes:

Hipótese	Valor
Taxa Real de Juros	4,09% ao ano
Crescimento Real de Salário	0,00% ao ano
Fator de Capacidade dos Benefícios	97,24%
Indexador do Plano	INPC do IBGE
Tábua de Mortalidade Geral	qx da AT2000 (segregada por sexo) desagregada em 15%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	qxi = qx da da AT-83 (masculina)
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas
Rotatividade	Nula
Composição Familiar- Benefícios a Conceder	Família Média (Hx12)
Composição Familiar- Benefícios Concedidos de Aposentadorias	Família Efetiva
Composição Familiar- Benefícios Concedidos de Pensões	Família Efetiva
Entrada em Aposentadoria	Ao preencher as carências regulamentares

Do encerramento do exercício de 2021 para o encerramento do exercício de 2022 não foram alteradas as hipóteses atuariais, conforme decisão da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo da Entidade tomada após análise dos Relatórios de Análise das Hipóteses Atuariais do Plano de Benefícios, que apresentaram as Hipóteses Atuariais a serem adotadas na avaliação atuarial do Plano para o encerramento do exercício de 2022, elaborados nos termos estabelecidos pela legislação em vigor, além estudo de aderência da taxa real de juros realizado pelo consultor financeiro e pelos Atestados de Validação das Informações Cadastrais e Técnicas preparado e enviado pelo ARPB e pelo AETQ.

4.2. Método de Financiamento

Considerando tratar-se de um Plano com Benefícios estruturados em Contribuição Variável e Benefício Definido, o método atuarial de financiamento de Capitalização na versão de Capitalização Individual é adotado para financiar os Benefícios de Renda Mensal de Aposentadoria por Tempo de Serviço ou Idade e Pecúlio Especial por Invalidez. E, o método atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para os Benefícios de Suplementação de Aposentadoria por Invalidez e Pensão por Morte, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

5. Perfil da Massa de Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios

Os valores apresentados a seguir são nominais e se referem a base cadastral de 31/12/2022.

5.1. Participantes Não Assistidos

Referência	Ativos/Autopatrocinados	BPD	BSPS*
Quantidade Total	178	8	5
Idade Média (anos)	54,65	60,25	62,80
Tempo de Serviço Médio (anos)	31,79	36,13	40,60
Tempo Médio de Contribuição (anos)	29,35	-	-
Salário Real de Benefício Médio Mensal (R\$)	6.999,45	-	-
Folha Anual do Salário Real de Benefício (R\$)	16.196.717,26	-	-

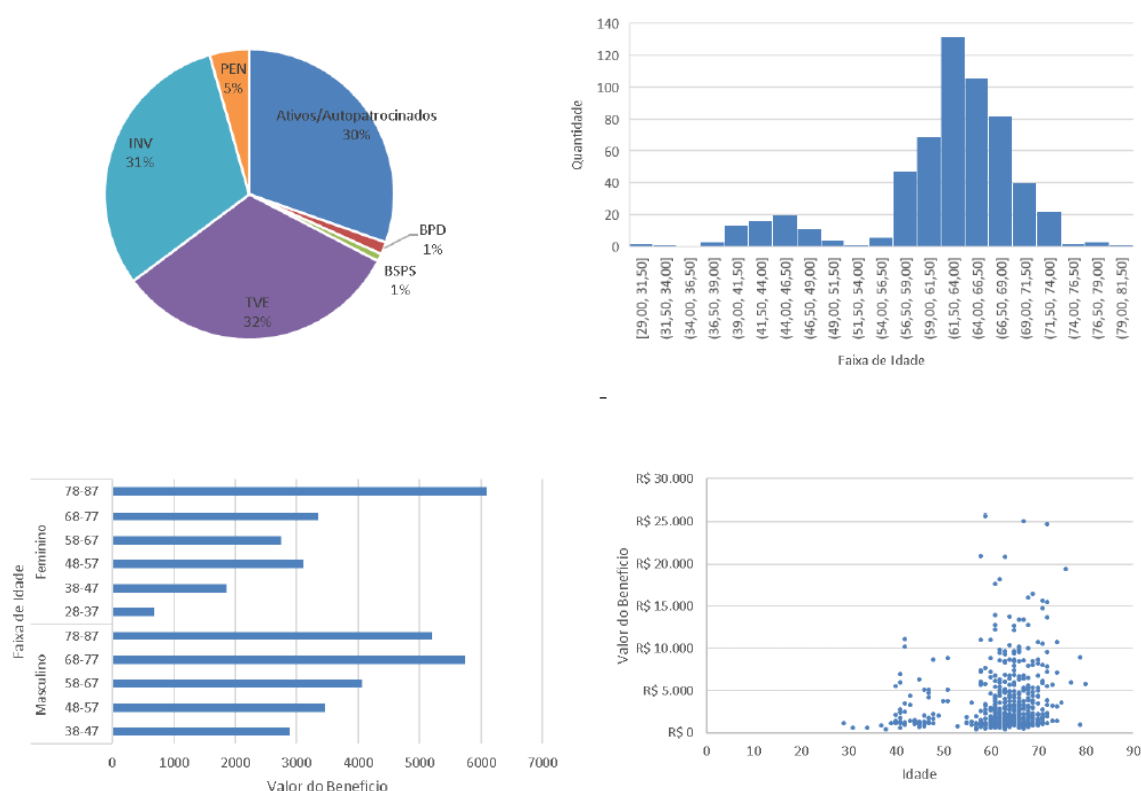
* Dos 5 participantes listados 2 participantes encontram-se em pré-invalidez e 1 efetuou o resgate em 24/02/2023.

5.2. Participantes Assistidos

Referência	TVE	Invalidez	Pensão *
Quantidade	189	180	26
Idade Média (anos)	65,21	65,73	62,00
Benefício Médio Mensal (R\$)	4.164,29	3.200,05	3.768,51
Folha Anual do Benefício Médio Mensal (R\$)	10.231.654,42	7.488.120,38	1.273.757,94

* Para Pensões por Morte, nesta tabela, foram utilizadas as idades de todos os dependentes cadastrados em cada família e os valores de benefícios integralizados por família.

5.3. Análise gráfica dos Participantes Não Assistidos e Assistidos



6. Qualidade da base cadastral e dados contábeis utilizados

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder e como o Resultado Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais apresentadas nesta Avaliação Atuarial, o regime atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para o conjunto dos benefícios de aposentadoria, de pensão por morte e de Pecúlio por Morte, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela Fundação BASES, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da Avaliação Atuarial do exercício de 2022.

7. Duração do Passivo

A duração do passivo foi calculada em 11,6874 anos através do sistema Venturo da Previc, utilizando o fluxo probabilístico de receitas e despesas previdenciárias na posição de 31/12/2022, equivalente a média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do Plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios.

8. Patrimônio de Cobertura do Plano

O Patrimônio de Cobertura efetivamente constituído pelo Plano Misto é o valor utilizado para fazer face às Provisões Matemáticas calculadas (Passivo do Plano) e determinará se o Plano de Benefícios Previdenciário está equilibrado, deficitário ou superavitário. Esse patrimônio pode ser composto por bens, direitos e ativos financeiros. Esses ativos financeiros, conforme disposto na legislação em vigor, podem estar segmentados em Renda Fixa, Renda Variável Estruturado, Imobiliário, Operações com Participantes e Exterior. O Patrimônio de Cobertura informado pela Fundação BASES para o Plano Misto na posição de 31/12/2022 foi de R\$ 329.402.055,68.

9. Resultados apurados

9.1. Resultados a Valor Presente

A situação financeiro-atuarial do Plano Misto de Benefícios Previdenciários (MISTO Nº 001) da BASES, em 31/12/2022, utilizando os regimes / métodos de financiamento atuarial e as mesmas hipóteses atuariais indicados no item 4 deste Relatório de Avaliação Atuarial, apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ (22.156.961,05), equivalente a 7,5937% das Provisões Matemáticas referentes a benefícios estruturados na modalidade de benefícios definidos reavaliadas R\$ 291.781.466,77 na posição de 31/12/2022, conforme demonstrado a seguir:

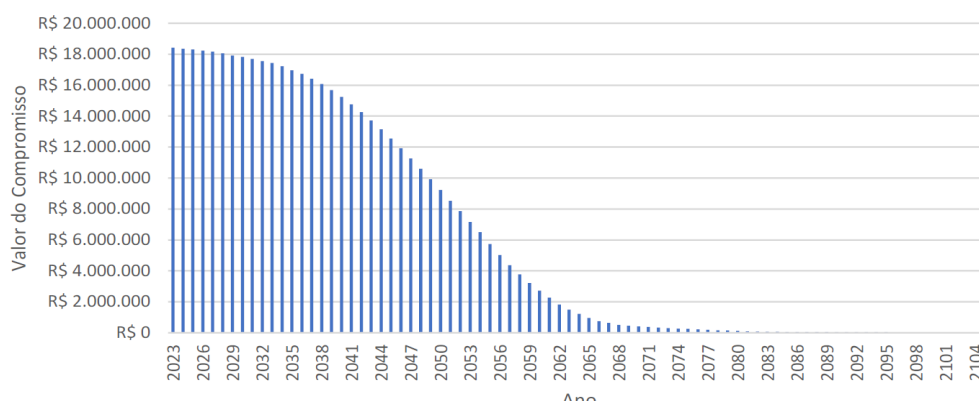
CÓDIGO	TÍTULO	VALORES - (R\$)
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO (*)	329.402.055,68
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMATICAS	351.559.016,73
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	262.218.620,30
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	565.070,35
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos	565.070,35
2.3.1.1.01.02.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização	261.653.549,95
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados- Assistidos	149.293.681,87
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados- Assistidos	112.359.868,08
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder	89.340.396,43
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	59.212.479,61
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas- Parcela Patrocinador(ES)/Instituidores	11.369.304,89
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas- Parcela Participantes	47.843.174,72
2.3.1.1.02.02.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	29.543.965,96
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	29.543.965,96
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.03.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	583.950,86
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.031.237,89
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-447.287,03
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.04.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Repart de Cap de Cobertura	0,00
2.3.1.1.02.05.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
2.3.1.1.03.00.00	Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinadores (ES)	0,00
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	-22.156.961,05
2.3.1.2.01.00.00	Resultados Realizados	-22.156.961,05
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	0,00
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-22.156.961,05
2.3.1.2.02.00.00	Resultados a Realizar	0,00

* Os valores contábeis encaminhados para processamento da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2022 não sofreram análise pela Jessé Montello e a responsabilidade por sua veracidade é integralmente da Entidade.

9.2. Resultados a valor futuro

9.2. Projeção do Passivo até a quitação do último compromisso pelo Plano

Foram projetados através de valores de fluxos probabilísticos de receitas e despesas previdenciárias o compromisso a valor futuro para fins de apuração da duração do passivo e ajuste de precificação. O compromisso a valor futuro apresentou o seguinte comportamento:



A previsão para quitação do último compromisso previdenciário com a atual massa de participantes do Plano é no ano 2105.

10. Variação das Provisões Matemáticas

A composição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2021 para o final do ano 2022, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2021	31/12/2022	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	248.037.338,36	262.218.620,30	5,72%
Provisão de Benefícios a Conceder	90.875.505,20	89.340.396,43	-1,69%
Provisão Matemática a Constituir- Serviço	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	338.912.843,56	351.559.016,73	3,73%

(valores em R\$)

As Provisões Matemáticas avaliadas em 31/12/2022, utilizando as hipóteses atuariais indicadas no item 4.1. deste Relatório de Avaliação Atuarial, com a base cadastral de 30/11/2022 (cujos valores monetários foram projetados no valor pico com previsão de reajuste para a data da Avaliação Atuarial), variaram em comparação com os valores contabilizados em 31/12/2021, considerando tratar-se de um Plano com Benefícios estruturados em Contribuição Variável e Benefício Definido, pela evolução cadastral e atualização dos valores monetários atrelados pela inflação do INPC do IBGE, fazendo com que as provisões matemáticas se elevassem em aproximadamente 3,73% em relação aos valores contabilizados no encerramento de 2022.

11. Natureza do Resultado

O Plano encontra-se com resultado contábil deficitário no encerramento do exercício de 2022 no valor de R\$ (22.156.961,05), tendo em vista inclusive as perdas financeiras ocasionadas pela crise econômica mundial vivenciada durante os anos de 2020 e 2021 em decorrência da pandemia instaurada pelo coronavírus. E desta forma, a natureza do resultado apurado em 31/12/2022 no Plano pode ser considerada em parte como estrutural e em parte como conjuntural, decorrente das perdas financeiras.

Por meio do programa Venturo disponibilizado pela PREVIC foi calculado o ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, considerando a taxa de juros real anual utilizada nesta avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, de forma a se apurar o equilíbrio técnico ajustado. Em 31/12/2022 o ajuste de precificação corresponde

a R\$ 404.609,59. Levando-se em conta esse ajuste de precificação, o equilíbrio técnico ajustado foi calculado em R\$ (21.752.351,46), nos termos estabelecidos pela Resolução CNPC nº 30/2018, conforme a seguir:

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	Valor
a) Resultado Realizado	R\$ (22.156.961,05)
a.1) Superávit Técnico Acumulado	-
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	R\$ (22.156.961,05)
b) Ajuste de Precificação	R\$ 404.609,59
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	R\$ (21.752.351,46)

Este Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (21.752.351,46) equivale a 7,4550% das Provisões Matemáticas estruturadas na modalidade de benefícios definidos reavaliadas em R\$ 291.781.466,77 na posição de 31/12/2022 e como a Duração do Passivo do Plano foi calculada em 11,6874 anos, o Equilíbrio Técnico Ajustado é inferior ao limite de resultado deficitário que poderia ser mantido no Plano, calculado em $1\% \times (\text{duração do passivo de 11,6874 anos} - 4)$ das provisões matemáticas, o que resulta em um limite de déficit de 7,6874% dessas provisões, limite este que totaliza R\$ 22.430.408,48, e, que de acordo com a legislação em vigor, pode ser mantido no Plano. Registramos, em atendimento a legislação, por meio do Estudo Técnico para Verificação da Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros Atuarial do Plano, realizado por Consultor Financeiro da EFPC ao longo do ano de 2022, foi verificada a capacidade financeira do Plano de carregar a posição alocada em títulos públicos federais indexados à inflação marcados na curva, até os seus respectivos vencimentos, tendo como princípio básico a satisfação simultaneamente das condições de solvência e liquidez intertemporal do Plano. Neste estudo se evidenciou que a taxa de reaplicação necessária para o equilíbrio do Plano não está sendo afetada pela distribuição temporal do fluxo destes títulos, em relação ao passivo, confirmando, desta forma, que até então existe capacidade financeira de manutenção na carteira dos títulos classificados como mantidos até o vencimento, sem que o equilíbrio técnico ajustado apurado represente risco de liquidez no curto prazo.

12. Variação do Resultado apurado entre 2021 e 2022

O Plano permanece com resultado deficitário contábil em 31/12/2022 de R\$ (22.156.961,05), onde os principais reflexos para ocorrência do resultado deficitário da Avaliação Atuarial de 31/12/2022 estão relacionadas a evolução da massa e que a rentabilidade observada se situou em patamar pouco superior a meta para o período.

Referência	31/12/2021	31/12/2022	Variação
Superávit Técnico Acumulado	-	-	-
Reserva de Contingência	-	-	-
Reserva Especial	-	-	-
Déficit Técnico Acumulado	(19.717.699,28)	(22.156.961,05)	12,37%

(em R\$)

13. Custos Avaliados

A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para os participantes do Plano Misto de Benefícios da BASES, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (DA) e o cadastro de participantes fornecido pela BASES, resultou no custo total de 6,45% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos, conforme descrito a seguir:

REFERÊNCIA	CUSTO (%)	
TIPO DE BENEFÍCIO	Ano Anterior	Ano Atual
APOSENTADORIAS *1	4,83%	4,75%
INVALIDEZ	0,60%	0,60%
PENSÃO POR MORTE	0,12%	0,13%
PECÚLIO POR MORTE*2	-%	-%
SUB-TOTAL (1)	5,55%	5,48%
ADMINISTRAÇÃO *3	0,98%	0,97%
SUB-TOTAL (2)	0,98%	0,97%
TOTAL (1)+(2)	6,53%	6,45%

*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

*2: Custo apresentado junto com o custo da Pensão por Morte.

*3: Administração igual a 28,45% das contribuições do Patrocinador se destinam à cobertura dos gastos administrativos, sendo $28,45\% = 15\% \times 6,45\% / 3,40\%$, limitada a 15% do total das contribuições previdenciárias.

14. Plano de Custeio

O custo total reavaliado de 6,45% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2022, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano Misto de Benefícios da BASES, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Contribuições Normais *1	Em %
Referência	Ano Atual
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	3,05%
Contribuição Normal do Patrocinador *2	3,40%
Sub-Total	6,45%
Contribuição Suplementar	-
Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos)	6,45%
Contribuições Normais dos Assistidos	-
Aposentados Assistidos	-
Pensionistas Assistidos	-

*1: A destinação das contribuições do Patrocinador, cujo valor mensal, em conformidade com o plano de custeio, está fixado em 3,40% da folha do salário real de contribuição dos empregados participantes, deve continuar a observar a seguinte regra de rateio que está vigente até que uma reavaliação atuarial indique a necessidade de se ajustar tal rateio:

- 28,46% das contribuições do Patrocinador se destinam à cobertura dos gastos administrativos: $15\% \times 6,45\% \approx 3,40\%$;
- 21,54% das contribuições do Patrocinador se destinam ao Fundo de Risco destinado a dar cobertura aos benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pecúlio por morte em atividade e pensão por morte em atividade ou em gozo de aposentadoria por invalidez): $(0,60\% + 0,13\%) \approx 3,40\%$;
- 50,00% das contribuições do Patrocinador se destinam a reforçar o saldo das Reservas Matemáticas Programadas de Benefícios a Conceder dos participantes Ativos: $100,00\% - 28,46\% - 21,54\%$.

A Contribuição Normal Vigente, atuarialmente determinada, de 6,45% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado ao final de 2022, de 6,45% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado no encerramento do exercício de 2022.

Para o exercício de 2023, estão sendo mantidas as contribuições normais vigentes no exercício de 2022, considerando o estabelecido no Regulamento do Plano:

I – Contribuições previdenciárias:

Contribuição obrigatória mensal e contribuição voluntária, mensal ou esporádica, de cada participante não assistido, destinada a constituir parte da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder, que servirá como base mínima de cálculo do valor do Benefício de Aposentadoria por Tempo de Serviço/Contribuição e por Idade e da respectiva conversão em Benefício de Pensão por Morte, sendo que a contribuição obrigatória mensal, de cada participante, está fixada em:

A% (A por cento) da parcela do Salário Real de Contribuição não excedente à 50% (cinquenta por cento) do valor de 1 (uma) Unidade Salarial da BASES – U.S.B. vigente no mês; e

B%, (B por cento) da parcela do Salário Real de Contribuição situada entre 50% (cinquenta por cento) e 100% (cem por cento) do maior valor de 1 (uma) Unidade Salarial da BASES – U.S.B. vigente no mês; e

C% (C por cento) da parcela do Salário Real de Contribuição que excede à 100% (cem por cento) do valor de 1 (uma) Unidade Salarial da BASES – U.S.B. vigente no mês, sendo, inicialmente, os valores de A%, B% e C% fixados, respectiva-

mente, em 1,00% (um por cento), 1,50% (um vírgula cinquenta por cento) e 8,00% (oito por cento).

NOTA: Nas contribuições referidas acima não está incluso o rateio paritário das despesas administrativas, a qual será paga paritariamente (participante e patrocinadora), através da taxa de carregamento, que para o exercício de 2023 corresponderá a 15% da respectiva contribuição normal.

Este plano de custeio entra em vigor a partir do dia 1º de abril de 2023.

15. Rentabilidade

A rentabilidade líquida do ano de 2022, medida pela variação do valor da cota da BASES ocorrida durante o ano de 2022, informada pela BASES, foi de 10,34%, contra uma meta atuarial de rentabilidade líquida de 10,31%, corresponde ao INPC do IBGE acumulado de dezembro/2021 a novembro/2022, utilizando um mês de defasagem, acrescido de juros reais equivalentes a 4,09% ao ano o que, em termos reais, representou obter uma rentabilidade líquida de 4,12% contra uma meta atuarial de 4,09% ao ano, adotada como expectativa atuarial de taxa real de juros.

16. Principais Riscos Atuariais

Os principais Riscos Atuariais do Plano em questão estão associados ao aumento de sobrevivência e à redução das taxas de retorno dos investimentos. Para mitigar esses riscos, no que se refere à sobrevivência, ano após ano, vem sendo feitos testes de aderência de tábuas de mortalidade/sobrevivência e implantados, sempre que necessários, os correspondentes ajustes na hipótese de sobrevivência adotada e, no que se refere à taxa de retorno dos investimentos, levando em consideração os títulos existentes em carteira associados à cobertura dos benefícios previdenciários e às respectivas durações de seus pagamentos e as taxas de retornos esperadas para as novas aplicações e reaplicações a serem feitas nos anos futuros, devem primar pela realização dos ajustes que se fizerem necessários. De todo modo, todas as hipóteses atuariais envolvidas no cálculo atuarial, se não realizadas, geram riscos para o Plano.

Além dos riscos decorrentes da não realização das hipóteses atuariais conforme projetado, as EFPC estão sujeitas, principalmente, aos riscos de liquidez (descasamento de ativos x passivos), riscos operacionais e de manutenção de cadastro, que podem impactar de forma mais acentuada os modelos matemáticos utilizados nos cálculos e projeções atuariais, os quais devem ser constantemente analisados no âmbito da EFPC, inclusive considerando que o valor de ajuste de precificação foi apurado em valor negativo.

Como o Regulamento de Benefícios deste Plano estabelece os valores dos Fatores de Conversão de Saldos de Contas de Aposentadorias Programadas em Benefício de Aposentadoria Programada, demonstramos através do JM/2138/2009, a necessidade de ser mantida como Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, uma Provisão equivalente à diferença entre os Fatores de Conversão compatíveis com as hipóteses atuariais de mortalidade e de taxa de desconto / juros adotada na avaliação atuarial do exercício e os Fatores estabelecidos no referido Regulamento, inclusive em relação às contribuições a serem destinadas ao longo dos anos futuros para compor esses Saldos de Contas. Tal Provisão, que já está incluída na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, conforme as hipóteses atuariais consideradas nesta avaliação atuarial de 31/12/2022, considerando a taxa real de juros/desconto de 4,09% ao ano e as Tábuas de Mortalidade, Geral “qx da AT-2000 (segregada por sexo) desagregada em 15%” e de Inválidos “qxixq = da AT-83 (masculina)”, assumiu em 31/12/2022 o valor de R\$ 27.688.524,11.

17. Soluções para o Equacionamento do Déficit

Apesar do déficit técnico apurado estar dentro do limite aceitável de manutenção de desequilíbrio, conforme estabelecido pela legislação vigente, sabendo inclusive que estamos vivenciando uma crise financeira global não vivida por gerações, decorrente principalmente pela Pandemia instaurada pelo Coronavírus, que refletiram em perdas financeiras globais ao longo do ano de 2022, com reflexos na rentabilidade do Plano, recomenda-se no tempo adequado, no caso de haver situações de déficit que venham a ocorrer constantemente, que sejam tomadas ações efetivas por parte dos Órgão de Governança da Entidade. Para evitar a evolução do desequilíbrio apurado, continuaremos realizando o acompanhamento dos resultados das Avaliações Atuariais e das necessidades do Plano de forma a promover os ajustes que venham a ser necessários ao custeio do Plano e de seus parâmetros atuariais, requeridos para manutenção permanente de seu equilíbrio econômico e financeiro, oferecendo soluções, caso haja necessidade, que atendidas as restrições legais, sejam compatíveis com a necessidade de liquidez do Plano e a capacidade de pagamento dos Participantes, Assis-

tidos e da Patrocinadora, sem gerar insolvência financeira ao Plano de Benefícios.

18. Despesas Administrativas

15% das Contribuições Normais dos Participantes Não Assistidos, dos Assistidos (Aposentados) e do Patrocinador, correspondem ao carregamento destinado ao custeio das Despesas Administrativas.

19. Conclusão

Na qualidade de atuários habilitados e legalmente responsáveis pela avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2022 do Plano Misto administrado pela Fundação BASES, atestamos que ele se encontra deficitário, porém dentro do limite aceitável de manutenção de desequilíbrio de acordo com a legislação em vigor.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2023

Gabriel Pimentel Sátyro
Atuário MIBA 2799

José Roberto Montello
Atuário MIBA

Balanco Patrimonial Consolidado

valores em R\$ mil

ATIVO	NE	Exercício 2021	Exercício 2022	PASSIVO	NE	Exercício 2021	Exercício 2022
DISPONÍVEL		0	0	EXIGÍVEL OPERACIONAL		2.879	3.264
				Gestão Previdencial	(9)	1.950	2.305
REALIZÁVEL		974.425	998.104	Gestão Administrativa	(10)	886	914
Gestão Previdencial	(5)	9.959	8.008	Investimentos	(11)	43	45
Gestão Admiistrativa	(6)	150	170				
Investimentos	(7)	964.316	989.926	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL		5.002	4.190
Fundos de Investimento		909.392	922.776	Gestão Previdencial	(12)	5.002	4.190
Investimentos Imobiliários		45.438	46.667				
Empréstimos		9.486	9.704	PATRIMÔNIO SOCIAL	(13)	967.931	992.036
Recursos a Receber- Precatórios		0	10.779	Patrimônio de Cobertura do Plano		951.150	975.505
				Provisões Matemáticas		991.291	1.020.695
				Benefícios Concedidos		885.738	915.798
				Benefícios a Conceder		105.553	104.897
PERMANENTE		1.387	1.386	Equilíbrio Técnico		(40.141)	(45.190)
Imobilizado	(8)	1.387	1.386	Resultados Realizados		(40.141)	(45.190)
				Déficit Técnico Acumulado (-)		(40.141)	(45.190)
				Fundos		16.781	16.531
				Fundos Administrativos		12.957	12.379
				Fundos dos Investimentos		3.824	4.152
TOTAL DO ATIVO		975.812	999.490	TOTAL DO PASSIVO		975.812	999.490

As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Ativo Líquido por Plano - Plano Básico

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2021	Exercício 2022	Varição (%)
1. Ativos	639.526	652.794	2,07
Recebíveis Previdencial	10.404	8.946	(14,01)
Investimento	629.122	643.848	2,34
Fundos de Investimento	578.212	581.165	0,51
Investimentos Imobiliários	45.438	46.667	2,70
Operações com Participantes	5.472	5.237	(4,29)
Recursos a Receber - Precatórios	0	10.779	0,00
2. Obrigações	2.666	2.126	(20,26)
Operacional	468	727	55,34
Contingencial	2.198	1.399	(36,35)
3. Fundos não Previdenciais	4.904	4.565	(6,91)
Fundos Administrativos	4.692	4.484	(4,43)
Fundos para Garantia de Operações com participantes	212	81	(61,79)
5. Ativo Líquido (1-2-3)	631.956	646.103	2,24
Provisões Matemáticas	652.378	669.136	2,57
Superávit/Déficit Técnico	(20.423)	(23.033)	12,78
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(20.423)	(23.033)	12,78
b) (+/-) Ajuste de Precificação	(7.158)	(5.410)	(24,42)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(27.581)	(28.443)	3,13

As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Ativo Líquido por Plano - Plano Misto

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2021	Exercício 2022	Varição (%)
1. Ativos	335.401	345.783	3,10
Recebível	12.513	11.442	(8,56)
Investimento	322.888	334.341	3,55
Fundos de Investimento	318.874	329.874	3,45
Operações com Participantes	4.014	4.467	11,29
2. Obrigações	4.329	4.414	1,96
Operacional	1.525	1.623	6,43
Contingencial	2.804	2.791	(0,46)
3. Fundos não Previdenciais	11.877	11.967	0,76
Fundos Administrativos	8.265	7.896	(4,46)
Fundos para Garantia de Operações com participantes	3.612	4.071	12,71
5. Ativos Líquidos (1-2-3)	319.195	329.402	3,20
Provisões Matemáticas	338.913	351.559	3,73
Superávit/Déficit Técnico	(19.718)	(22.157)	12,37
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(19.718)	(22.157)	12,37
b) (+/-) Ajuste de Precificação	416	405	(2,64)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(19.302)	(21.752)	12,69

As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado

valores em R\$ mil

	Descri�o	Exercício 2021	Exercício 2022	Vari�o (%)
	A) Patrimônio Social - início do exercício	961.016	967.931	0,72
	1. Adi�es	94.921	124.106	30,75
(+)	Contribui�es Previdenciais	5.692	4.907	(13,79)
(+)	Outras Adi�es Previdenciais	177	8.705	0,00
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos- Gestão Previdencial	86.231	105.123	21,91
(+)	Reversão Líquida de Contingências- Gestão Previdencial	0,00	811	0,00
(+)	Receitas Administrativas	1.373	2.848	107,43
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos- Gestão Administrativa	563	1.384	145,83
(+)	Constitui�o de Fundo de Investimentos	885	328	(62,94)
	2. Destina�es	(88.006)	(100.001)	13,63
(-)	Benefícios	(79.285)	(90.150)	13,70
(-)	Resultado Negativo Líquido dos Investimentos- Gestão Previdencial	(4.283)	(2.208)	0,00
(-)	Outras Destina�es	(182)	(2.834)	0,00
(-)	Despesas Administrativas	(4.256)	(4.809)	12,99
	3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	6.915	24.105	248,59
(+/-)	Provisões Matemáticas	48.992	29.404	(39,98)
(+/-)	Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(40.642)	(5.049)	(87,58)
(+/-)	Fundos Administrativos	(2.319)	(578)	(75,08)
(+/-)	Fundos dos Investimentos	884	328	(62,90)
	B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	967.931	992.036	2,49

As Notas Explicativas da administra o são parte integrante das demonstra es contábeis.

Demonstração da Mutação do Ativo L  ido

Plano Básico

valores em R\$ mil

	Descrição	Exercício 2021	Exercício 2022	Variacão (%)
	A) Ativo L��ido - início do exercício	632.677	631.953	(0,11)
	1. Adições	61.977	83.182	34,21
(+)	Contribuições	4.907	5.559	13,29
(+)	Resultado Positivo L��ido dos Investimentos- Gestão Previdencial	56.994	70.752	24,14
(+)	Reversão de Contingências- Gestão Previdencial	0	799	0,00
(+)	Outras Adições	76	6.072	0,00
	2. Destinações	(62.701)	(69.035)	10,10
(-)	Benefícios	(59.027)	(65.868)	11,59
(-)	Portabilidade/ Resgates	(2.898)	(148)	0,00
(-)	Custeio Administrativo	(723)	(1.735)	139,97
(-)	Outras Destinações	(53)	(1.284)	0,00
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo L��ido (1+2)	(724)	14.147	(2.054,01)
(+/-)	Provisões Matemáticas	24.129	16.758	(30,55)
(+/-)	Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(24.854)	(2.610)	(89,50)
	B) Ativo L��ido - final do exercício (A+3)	631.953	646.100	2,24
	C) Fundos não previdenciais	(620)	(76)	(87,74)
(+/-)	Fundos Administrativos	(832)	(207)	(75,12)
(+/-)	Fundos para Garantia das Operações com Participantes	212	131	(38,21)

As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Plano Misto

valores em R\$ mil

	Descrição	Exercício 2021	Exercício 2022	Variacão (%)
	A) Ativo L��ido - início do exercício	310.125	319.198	2,93
	1. Adições	31.110	36.539	17,45
(+)	Contribuições	1.773	1.730	(2,43)
(+)	Resultado Positivo L��ido dos Investimentos- Gestão Previdencial	29.237	32.163	10,01
(+)	Rever��es Líquidas de Contingências - Gestão Previdencial	0	12	0,00
	Outras Adições Previdenciais	100	2.634	2.534,00
	2. Deduções	(22.037)	(26.332)	19,49
(-)	Benefícios	(17.299)	(19.836)	14,67
(-)	Portabilidade/Resgates	(4.343)	(4.298)	(1,04)
(-)	Custeio Administrativo	(266)	(647)	143,23
(-)	Outras Destinações	(129)	(1.551)	1.102,33
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo L��ido (1+2)	9.073	10.207	12,50
(+/-)	Provisões Matemáticas	24.862	12.646	(49,14)
(+/-)	Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(15.788)	(2.439)	(84,55)
	B) Ativo L��ido - final do exercício (A+3)	319.198	329.405	3,20
	C) Fundos não previdenciais	2.125	93	(95,62)
(+/-)	Fundos Administrativos	(1.487)	(366)	(75,39)
(+/-)	Fundos para Garantia das Operações com Participantes	3.612	459	(87,29)

As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Provisões Técnicas por Plano

Plano Básico

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2021	Exercício 2022	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	634.833	648.311	2,12
1. Provisões Matemáticas	652.378	669.136	2,57
1.1. Benefícios Concedidos	637.700	653.580	2,49
Benefício Definido	637.700	653.580	2,49
1.2. Benefício a Conceder	14.678	15.556	5,98
Benefício Definido	14.678	15.556	5,98
2. Equilíbrio Técnico	(20.423)	(23.033)	12,78
2.1. Resultados Realizados	(20.423)	(23.033)	12,78
Déficit Técnico Acumulado	(20.423)	(23.033)	0,00
3. Fundos	212	81	(61,79)
3.2. Fundos de Investimentos - Gestão Previdencial	212	81	(61,79)
4. Exigível Operacional	468	728	55,56
4.1. Gestão Previdencial	439	691	57,40
4.2. Investimentos- Gestão Previdencial	29	37	0,00
5. Exigível Contingencial	2.198	1.399	(36,35)
5.1. Gestão Previdencial	2.198	1.399	(36,35)

As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Plano Misto

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2021	Exercício 2022	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	327.136	337.886	3,29
1. Provisões Matemáticas	338.913	351.559	3,73
1.1. Benefícios Concedidos	248.037	262.219	5,72
Benefício Definido	248.037	262.219	5,72
1.2. Benefício a Conceder	90.876	89.340	(1,69)
Contribuição Definida	60.169	59.212	(1,59)
Saldo de Contas- Parcela Patrocinadores	11.450	11.369	(0,71)
Saldo de Contas - Parcela Participantes	48.719	47.843	(1,80)
Benefício Definido	30.707	30.128	(1,89)
2. Equilíbrio Técnico	(19.718)	(22.157)	12,37
2.1. Resultados Realizados	(19.718)	(22.157)	12,37
Déficit Técnico Acumulado	(19.718)	(22.157)	12,37
3. Fundos	3.612	4.071	12,71
3.2. Fundos de Investimentos - Gestão Previdencial	3.612	4.071	12,71
4. Exigível Operacional	1.525	1.622	6,36
4.1. Gestão Previdencial	1.511	1.613	6,75
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	14	9	100,00
5. Exigível Contingencial	2.804	2.791	(0,46)
5.1. Gestão Previdencial	2.804	2.791	-0,46

As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração Plano de Gestão Administrativa - PGA

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2021	Exercício 2022	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	15.276	12.956	(15,19)
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.936	4.232	118,60
1.1. Receitas	1.936	4.232	118,60
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	989	2.383	140,95
Custeio Administrativo dos Investimentos	262	318	21,37
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	65	83	27,69
Resultado Positivo dos Investimentos PGA	563	1.384	145,83
Outras Receitas	57	64	0,00
2. Despesas Administrativas	(4.256)	(4.809)	12,99
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	(4.256)	(4.809)	12,99
Pessoal e Encargos	(2.679)	(2.955)	10,30
Treinamento/congressos e seminários	(18)	(52)	188,89
Serviços de terceiros	(965)	(1.040)	7,77
Despesas gerais	(303)	(336)	10,89
Depreciações e amortizações	(88)	(94)	6,82
Tributos	(203)	(332)	63,55
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	(2.320)	(577)	(75,13)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(2.320)	(577)	(75,13)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	12.956	12.379	(4,45)

As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Despesas Administrativas

Descrição	Exercício 2021	Exercício 2022	Variação (%)
Despesas	3.635.482,86	3.994.865,89	9,89
Pessoal e encargos	2.678.838,64	2.955.340,20	10,32
Pessoal Próprio	2.678.838,64	2.955.340,20	10,32
Serviços de Terceiros	956.644,22	1.039.525,69	8,66
Pessoa Jurídica	956.644,22	1.039.525,69	8,66
Consultoria Atuarial	233.542,85	254.315,42	8,89
Consultoria Jurídica	360.548,03	360.711,89	0,05
Recursos Humanos	1.216,60	18.850,96	1.449,48
Informática	304.550,04	315.495,71	3,59
Conservação/ Manutenção	0,00	8.082,60	8.082.500
Auditoria Contábil	19.460,00	32.744,92	68,27
Consultoria de Investimentos	37.346,70	49.324,19	32,07

Notas Explicativas Às Demonstrações Contábeis

FUNDAÇÃO BANE DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Valores em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO BANE DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, regida pela Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, autorizada a funcionar através da Portaria nº 3.762, de 20 de maio de 1986, do Ministério da Previdência e Assistência Social, e tem por finalidade principal suplementar os benefícios da Previdência Oficial, aos empregados, ex-empregados, e respectivos beneficiários, do extinto Banco do Estado da Bahia S/A – BANE, e da BASES, enquanto Patrocinadores dos Planos de Benefícios da Entidade.

A BASES obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social, com regulamentação através do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e supervisão e fiscalização por meio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, criados pela Lei nº 12.154/09, em substituição, respectivamente, ao Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC (antigo órgão regulador) e à Secretaria de Previdência Complementar – SPC (antigo órgão fiscalizador).

A Lei nº 12.154/09 criou ainda a Secretaria de Política de Previdência Complementar – SPPC, com a competência de propor políticas e diretrizes para o setor de previdência complementar.

A BASES é uma Entidade sem fins lucrativos, singular e multipatrocinada, que aplica no país a totalidade de seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar sua exatidão.

Constituem-se membros da BASES, atuando como Patrocinadores desta e dos planos de benefícios previdenciários o Kirton Bank S/A, Banco Múltiplo, através da incorporação do Banco Alvorada S/A, em 30/04/2019, a Ágora Corretora de Seguros S/A, através da mudança da razão social da BANE Corretora de Seguros S/A, em 06/08/2019 e a Fundação BANE de Seguridade Social – BASES de acordo com os respectivos Aditivos e Convênio de Adesão.

2. PLANOS PREVIDENCIAIS E ADMINISTRATIVOS

A BASES, registrada junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC sob o número 00121, administra os seguintes planos de benefícios previdenciários:

a) Plano Básico: plano de benefício definido, inscrito sob o nº 19.860.002-65 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. O referido Plano encontra-se fechado para novas adesões desde 01.07.1998, conforme disposto no artigo 60 do então vigente Regulamento do Plano Misto, que foi aprovado pela SPC através do ofício 464 SPC/CGOF/COJ, de 26.06.1998.

b) Plano Misto: plano de contribuição definida na acumulação da reserva e de benefício definido na concessão do benefício vitalício, inscrito sob o nº 19.980.037-11 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Em 31 de dezembro de 2022, a BASES possui um total de 1.778 participantes (1.806 em 2021), assim distribuídos entre os seus planos de benefícios:

PARTICIPANTES	PLANO BÁSICO		PLANO MISTO		TOTAL CONSOLIDADO	
	QUANTIDADE		QUANTIDADE		QUANTIDADE	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022
ATIVO	37	34	188	171	225	205
AUTOPATROCINADOS	0	0	7	5	7	5
ASSISTIDOS	1.173	1.159	401	409	1.574	1.568
TOTAL	1.210	1.193	596	585	1.806	1.778

Os recursos dos planos são representados pelas contribuições dos Patrocinadores, Participantes Ativos, Assistidos e Autopatrocinados, bem como pelos rendimentos financeiros resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, que devem obedecer

ao disposto da Resolução CMN nº 4.661 de 25 de maio de 2018, revogada pela Resolução CMN nº 4.994 de 29 de março de 2022.

O Plano da Gestão Administrativa- PGA da BASES foi constituído com base no Anexo C – Item 27 da Resolução CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009, revogada pela Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, a qual foi revogada pela Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, a qual foi revogada pela Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, tendo seu Regulamento sido aprovado pelo Conselho Deliberativo da BASES por meio da ata nº 225, de 21 de dezembro de 2009.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da BASES foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 alterada pela Resolução CNPC nº 29 alterada pela Resolução CNPC nº 44, de 06 de agosto de 2021 e Instrução PREVIC nº 08, de 14 de novembro de 2018 alterada pela Instrução Normativa nº 44, de 23 de novembro de 2021 e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 – Entidade Fechada de Previdência Complementar, e as práticas contábeis brasileiras.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta a segregação dos registros contábeis em Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos.

A escrituração contábil da BASES atende à segregação das transações por plano de benefícios, permitindo a identificação patrimonial e de resultados de forma separada, quanto ao programa de gestão administrativa encontra-se de forma consolidado.

Demonstrações Contábeis

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018 alterada pela Resolução CNPC nº 44, de 06 de agosto de 2021 e Resolução nº 12, de 19 de agosto de 2013, Instrução PREVIC nº 08 de 14 de novembro de 2018 e a ITG 2001 – Entidade Fechada de Previdência Complementar, são apresentadas de forma consolidada o balanço patrimonial, a demonstração da mutação do patrimônio social e a demonstração do plano de gestão administrativa relativos aos seguintes planos: Plano Básico, Plano Misto e ao Plano de Gestão Administrativa – PGA, conforme detalhado abaixo:

3.1 – Balanço Patrimonial

Apresenta os valores correspondentes à soma dos eventos patrimoniais das Gestões Previdencial, Administrativa e do Fluxo de Investimentos, que consolidam as informações referentes aos respectivos planos de benefícios. Nesta demonstração, estão eliminadas as operações a receber (Ativo) e a pagar (Passivo) registradas exclusivamente entre os planos de benefícios da Fundação, no sentido de evidenciar os saldos patrimoniais sem a interferência daqueles que se anulam entre contas correspondentes no Ativo e no Passivo.

3.2 – Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS

Elaborada de forma consolidada. A DMPS apresenta detalhadamente as Adições e Destinações que resultam no Acréscimo ou Decréscimo do Patrimônio Social do conjunto de planos administrados pela entidade.

3.3 – Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA

Elaborada de forma consolidada. A DPGA apresenta os eventos econômicos (Receitas e Despesas) que resultam no Acréscimo ou Decréscimo no fundo patrimonial da Gestão Administrativa. A apresentação desta demonstração por plano de benefícios é facultativa.

3.4 – Demonstração do Ativo Líquido – DAL

Elaborada exclusivamente por plano de benefícios previdenciários e tem a finalidade de apresentar a composição do Ativo Líquido de cada plano. Nesta demonstração constam ainda informações complementares correspondentes à Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, vide Nota Explicativa nº 7, item b).

3.5 – Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL

Elaborada exclusivamente por plano de benefícios previdenciários. A DMAL apresenta detalhadamente as Adições e Destinações que resultam no Acréscimo ou Decréscimo do Ativo Líquido (Patrimônio de Cobertura do Plano).

3.6 – Demonstração das Provisões Técnicas – DPT

Elaborada exclusivamente por plano de benefícios previdenciários e tem a finalidade de apresentar a composição de todos os eventos que formam as Provisões Técnicas dos planos de benefícios.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS, ITENS AVALIADOS E CRITÉRIOS ADOTADOS

a) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas (Variações Positivas) e Deduções (Variações Negativas)

As adições e deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas (Variações Positivas) e Deduções (Variações Negativas) do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios, com exceção das contribuições referentes aos autopatrocinados, que são registradas pelo regime de caixa.

b) Gestão dos recursos administrativos

b.1) Gestão segregada dos recursos administrativos

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, revogada pela Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas da BASES são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa- PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

b.2) Custeio administrativo

O custeio administrativo é o valor repassado pelos planos de benefícios previdenciais ao PGA, para cobrir as despesas decorrentes da administração dos planos, correspondente a percentual incidente sobre as contribuições dos Participantes e Patrocinadores e sobre o resultado positivo dos investimentos.

b.3) Despesas administrativas

As despesas são classificadas como gestão previdencial e/ou de investimentos, de acordo com a natureza da operação, cabendo ainda a classificação como específica, exclusivamente para despesas de um plano de benefícios, ou comum, para despesas atribuídas ao conjunto de planos.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, revogada pela Resolução CNPC nº 29, alterada pela Resolução CNPC nº 44, de 06 de agosto de 2021 de 13 de abril de 2018 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das despesas administrativas da BASES são efetuados de forma consolidada através do PGA- Plano de Gestão Administrativa, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

As despesas administrativas comuns são rateadas proporcionalmente ao número de planos de benefícios administrados pela BASES, exceto quanto às despesas administrativas vinculadas aos investimentos, que são rateadas proporcionalmente ao patrimônio de cada plano de benefícios.

A formação do fundo administrativo é em função das receitas, deduzidas das despesas, acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos, da constituição e reversão das contingências, contabilizadas no grupo de contas de gestão administrativa.

c) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos e refletem a posição em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, com base no julgamento da Administração, periodicamente revisados, dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações, além das provisões de férias, dentre outras.

d) Realizável

- **Gestão Previdencial:** O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos direitos da BASES relativos às contribuições dos patrocinadores, participantes e autopatrocinados.

- **Gestão Administrativa:** O realizável administrativo é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

- **Investimentos:** Conforme estabelecido pela Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, as entidades fechadas de previdência complementar devem proceder a avaliação e classificação contábil dos títulos e valores mobiliários integrantes do portfólio do programa de investimentos- realizável segundo as duas categorias a saber:

- **Títulos para negociação:** títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição até o vencimento do título, os quais são avaliados pelo seu valor de mercado, e seus efeitos são reconhecidos em conta específica no resultado do exercício.

- **Títulos mantidos até o vencimento:** títulos com vencimentos superiores a doze meses da data de aquisição e que a Entidade tenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento sendo, ainda, considerados pela Entidade, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito. Os títulos são avaliados pelas respectivas taxas oficiais e ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável

Os investimentos compreendem ainda os seguintes itens:

- **Renda Fixa:** As quotas de fundos de investimento são registradas pelo seu valor de realização, com base no valor da quota disponível no último dia útil precedente ao encerramento do balanço patrimonial. Os acréscimos ou decréscimos são levados diretamente ao resultado.

As aplicações de renda fixa estão apresentadas ao valor de custo, incluído, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos em base "pro rata dia" até a data de encerramento do balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

- **Ações:** Estão classificadas como renda variável as ações registradas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas diretas de corretagem e outras taxas, avaliadas pelo valor de mercado considerando-se a cotação média do último dia útil do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores.

Os dividendos e as bonificações em dinheiro são contabilizados como receita a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas.

- **Investimentos Imobiliários:** Registrados ao custo de aquisição e reavaliação, deduzidos de depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear adotando-se as taxas em função da vida útil identificada no laudo de avaliação. Conforme contratos firmados, os investimentos imobiliários geram receitas de aluguéis, que são registrados em conformidade com o regime de competência.

- **Empréstimos:** Registra os empréstimos concedidos aos participantes acrescidos dos rendimentos financeiros pactuados, auferidos até a data do balanço. Os encargos são apropriados às contas de resultado pelo regime de competência.

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos de empréstimo aos participantes é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto na Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

e) Provisão para direitos creditórios de liquidação duvidosa

Constituída considerando a análise de risco de crédito na realização das operações, bem como na análise das operações vencidas e disposições do CNPC, julgadas suficientes para a cobertura de eventuais perdas.

f) Ativo Permanente

Representa os bens móveis e imóveis necessários ao funcionamento da Entidade que estão registrados ao custo de aquisição, acrescido de reavaliação, quando for o caso, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, estabelecida em função do tempo de vida útil dos bens.

g) Exigível Operacional

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos incorridos.

h) Exigível Contingencial

Representado por provisões para contingências que foram constituídas em montantes suficientes para fazer face a eventuais perdas, baseada na opinião dos consultores jurídicos da Entidade e na avaliação da Administração.

i) Patrimônio Social

i.1) Patrimônio de Cobertura do Plano

- Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas em bases atuariais, sob a responsabilidade de consultores atuariais externos contratados pela Entidade e são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento dos Planos de Benefícios da Entidade.

Benefícios concedidos

A provisão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes assistidos.

Benefícios a conceder

A provisão de benefícios a conceder representa a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual de contribuições que ainda serão vertidas para garantir o pagamento de benefícios de prestação continuada.

- Equilíbrio Técnico

A partir de 2015, a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, com redação dada pela Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits ou destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duration do passivo atuarial). Esta Resolução determina que o resultado superavitário do plano seja destinado à constituição de reserva de contingência, até o menor limite entre:

- (i) 25% do valor das provisões matemáticas (PM) ou
- (ii) $[10\% + (1\% \times \text{duration do passivo do plano})] \times \text{PM}$.

i.2) Fundos**- Gestão previdencial**

Determinado em bases atuariais, sob a responsabilidade dos consultores atuariais externos, para fazer face a eventuais oscilações das provisões matemáticas oriundas de contingências previdenciais ou obrigações decorrentes da destinação do superávit.

- Gestão administrativa

Representado pelo resultado acumulado da gestão administrativa.

- Investimento

Constituído com recursos de cobertura de risco de empréstimos a participantes e autopatrocinados.

5. REALIZÁVEL - GESTÃO PREVIDENCIAL

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

	2021	2022
Plano Básico		
Depósitos Judiciais/Recursais	5.711	4.463
Total Plano Básico	5.711	4.463
Plano Misto		
Custeio administrativo antecipado	19	20
Depósitos Judiciais/Recursais*	4.229	3.525
Total Plano Misto	4.248	3.545
Total Realizável da Gestão Previdencial	9.959	8.008

6. REALIZÁVEL - GESTÃO ADMINISTRATIVA

Representa o registro dos recursos a serem transferidos dos planos para o PGA relativos ao custeio administrativo, bem como recursos a recuperar de terceiros e depósito recursal administrativo.

PGA	2021	2022
Custeio PGA	150	170
Total Realizável do PGA	150	170

7. REALIZÁVEL - INVESTIMENTOS

Os ativos dos Planos de Benefícios administrados pela Entidade e do PGA, são aplicados de acordo com a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, revogada pela Resolução CMN nº 4.994 de 29 de março de 2022, e estão assim distribuídos:

	2021	2022
Plano Básico		
. Fundos de Investimentos	-	-
Multimercado	578.212	581.165
. Investimentos Imobiliários	45.438	46.667
. Operações com Participantes	5.472	5.237
. Recursos a Receber- Precatórios	-	10.779
Total do Plano Básico	629.122	643.848
Plano Misto		
. Fundos de Investimentos	318.874	329.875
. Operações com Participantes	4.014	4.467
Total do Plano Misto	322.888	334.342
Plano de Gestão Administrativa - PGA		
. Fundos de Investimentos	12.306	11.736
Total do Plano de Gestão Administrativa	12.306	11.736
Total de Investimentos	969.493	989.926

Administração e custódia dos investimentos – Os fundos de investimentos da BASES são administrados pelo Banco Bradesco S.A., empresa contratualmente responsável pelos trabalhos de Administração Fiduciária e Custódia da Entidade. Os títulos encontram-se custodiados na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados- CETIP e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia- SELIC.

Conforme decisão da Diretoria Executiva, em consonância com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, mantém-se provisionado, pelo valor total, desde junho/2003, as debêntures não conversíveis, com vencimento em 01 de março de 2000, tendo em vista que a Feniciapar não vem efetuando os pagamentos das amortizações.

Fundamentado em estudo de ALM – Asset Liability Management, a Entidade manteve, em 2022, aplicações financeiras em títulos classificadas como títulos mantidos até o vencimento, que correspondem a 82,86% (75,74% - 2021), e classificadas como para negociação, que correspondem a 17,14% (24,26% - 2021). Conforme determinado pela Resolução MPAS / CGPC nº 4 de 2002, apresentamos no quadro a seguir os montantes, natureza e faixas de vencimento, bem como os valores de custo e mercado dos investimentos. Como não tínhamos uma clareza nos mercados sobre a dimensão da força da pandemia pelo Covid-19 na economia mundial e doméstica (Brasil), não realizamos ALM em 2020 e 2021, tendo realizado ALM em 2022.

a) Certificados Privados e Depósitos e Fundos de Investimentos

a.1) Planos Previdenciais

	Custo	Vencimento			2021	2022
Descrição	Total	Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos	Total	Total
PLANO BÁSICO						
Fundos de Investimento						
Fundos - RV	0	0	0	0	0	73.420.377
LTN-O	0	0	0	0	0	10.943.836
NTN-B	292.130.828	0	0	509.722.372	509.688.144	491.212.630
NTN-C	1.030.081	0	0	2.583.366	2.583.366	2.635.468
NTN-O	68.893.641	68.893.641	0	0	68.893.641	0
Total Ativos Plano Básico	362.054.550	68.893.641	0	512.305.739	581.165.152	578.212.311
Total do Plano Básico	362.054.550	68.893.641	0	512.305.739	581.165.152	578.212.311
Total do Plano Básico	362.054.550	68.893.641	0	512.305.739	581.165.152	578.212.311

	Custo	Vencimento			2021	2022
Descrição	Total	Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos	Total	Total
PLANO MISTO						
Fundos de Investimento						
Fundos- RV	0	0	0	0	31.466.402	0
Crédito						
LFS/LFSN	1.800.000	3.634.613	0	0	3.206.670	3.634.613
Títulos Públicos						
LFT-O	0	0	0	0	0	0
LTN-O	0	0	0	0	0	0
NTN-B	140.906.122	0	0	245.209.474	250.492.501	245.194.629
NTN-C	440.947	0	0	1.105.862	1.128.165	1.105.862
NTN-O	79.939.236	79.939.236	0	0	32.580.642	79.939.236
Total do Plano Misto	223.086.304	83.573.849	0	246.315.336	318.874.380	329.874.339
Total dos Planos Previdenciais	585.140.854	152.467.490	0	758.621.075	897.086.692	911.039.492

a.2) Planos de Gestão Administrativa

	Custo	Vencimento			2021	2022
Descrição	Total	Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos	Total	Total
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA						
Bradesco F. I. REF DI FED EXTRA	8.463.265	8.463.265	0	0	9.408.641	8.463.265
Bradesco F.I. RF REF DI PREMIUM	3.272.995	3.272.995	0	0	2.896.496	3.272.995
Total do PGA	11.736.260	11.736.260	0	0	12.305.136	11.736.259,83

b) Ajuste de Precificação de Ativos

Em consonância com a RESOLUÇÃO Nº 29, DE 13 DE ABRIL DE 2018; RESOLUÇÃO CNPC Nº 30, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018 e Instrução Normativa PREVIC nº 33, de 23 de outubro de 2020, a Entidade estabeleceu em 2022 o Ajuste de Precificação dos Ativos como procedimento para apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, que corresponde à diferença entre o valor contábil desses títulos e o valor dos títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, calculado considerando a taxa de juros real anual na respectiva avaliação atuarial, Plano Básico (4,76%) e o Plano Misto (4,09%) e a duration do passivo, do Plano Básico em 8,43 anos (8,56 anos- 2021) e do Plano Misto em 11,69 anos (11,91 anos- 2021). Para o Plano Básico, o valor apurado da precificação dos ativos em 2022 (negativo) de R\$5.410 (-R\$7.158 / 2021), para o Plano Misto, o valor apurado em 2022 (positivo) da precificação dos ativos foi de R\$405 (R\$416 / 2021), estão apresentados nas “Informações Complementares” do Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefícios conforme quadros abaixo:

Bradesco FI Multimercado FEB BD - Plano Básico						
Natureza do ativo	Vencimento	Qtde	Custo histórico de aquisição	Valor contábil	Ajuste	Valor ajustado
NTN-B	15/08/2050	51	154	266	-19	247
NTN-B	15/08/2050	1.780	5.404	9.559	-955	8.605
NTN-B	15/08/2030	22.379	61.546	102.751	-4.436	98.315
Total		24.210	67.104	112.576	-5.410	107.166

Bradesco FI Multimercado FEB II CD - Plano Misto I						
Natureza do ativo	Vencimento	Qtde	Custo histórico de aquisição	Valor contábil	Ajuste	Valor ajustado
NTN-B	15/08/2050	61	184	318	7	325
NTN-B	15/08/2050	1.005	3.030	5.241	109	5.350
NTN-B	15/08/2050	1.120	3.400	6.015	-53	5.962
NTN-B	15/08/2040	4.480	12.789	22.284	207	22.491
NTN-B	15/08/2030	6.056	16.655	27.805	-125	27.680
NTN-B	15/08/2030	7.030	19.334	32.277	-146	32.132
NTN-B	15/08/2040	8.779	25.061	43.667	406	44.073
Total		28.531	80.453	137.608	405	138.012

O ajuste de precificação não é objeto de registro contábil.

c) Investimentos imobiliários

Os Investimentos Imobiliários são apresentados pelos custos das aquisições, ajustados ao valor de mercado por reavaliação periódica, conforme a Instrução Previc nº31, de 20 de agosto de 2021, os Investimentos Imobiliários pertencentes aos Planos previdenciais não serão mais depreciados bens, e estão assim distribuídos:

Plano Básico	2021	2022
Aluguéis e Rendas		
. Locados a Patrocinador	27.150	27.840
. Locados a Terceiros	14.500	14.810
. Aluguéis a Receber	378	277
Rendas de Participações		
. Shopping Center	3.410	3.740
Total de Investimentos Imobiliários	45.438	46.667

De acordo com a legislação vigente, em 2022, foram procedidas as reavaliações dos imóveis pertencentes à Carteira de Investimentos Imobiliários do Plano Básico e PGA, elaboradas pela AVALIATEC Engenharia de Avaliações e Consultores Ltda – EPP. Demonstramos no quadro a seguir os efeitos das reavaliações:

Locados ao Patrocinador	Valor contábil		
Imóveis	Antes da reavaliação	Reavaliação	Resultado
Barreiras	5.520	5.940	420
Campo Grande (vago)	5.370	5.330	40
Centro Empresarial Iguatemi	3.370	3.320	50
Juazeiro	5.200	5.120	80
Pituba	6.440	6.390	50
Santo Estevão	1.520	1.470	50
Subtotais	27.840	27.150	690

Locados a terceiros	Valor contábil		
Imóveis	Antes da reavaliação	Reavaliação	Resultado
Barra	3.645	3.690	45
Centro Emp. Farol da Barra	2.500	2.510	10
Shopping Center Sumaré	1.570	1.570	0
Ed. Garagem Park Center	6.305	6.550	245
Loja Park Center	480	490	10
Subtotais	14.500	14.810	310

Participações	Valor contábil		
Imóveis	Antes da reavaliação	Reavaliação	Resultado
Shopping Center Lapa	3.410	3.740	330
Subtotais	3.410	3.740	330

c) Recursos a Receber

Plano Básico	2021	2022
Precatórios – OFND's	0	10.779
Total de Recursos a Receber	0	10.779

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (PGA)

PERMANENTE (PGA)	2021	2022
Bens Móveis		
Móveis e Utensílios	51	31
Máquinas e Equipamentos	81	81
Equipamentos de Informática	49	34
Software	24	27
Sistema de Segurança/ Refrigeradores de Ar	2	3
Total de bens móveis	207	176
Bens Imóveis		
Imóvel de Uso Próprio	1.180	1.210
Total de bens imóveis	1.180	1.210
Total do Permanente	1.370	1.387

De acordo com a legislação vigente, em 2022, foi procedida a reavaliação do imóvel pertencente ao PGA, elaboradas pela AVALIATEC Engenharia de Avaliações e Consultores Ltda – EPP. Demonstramos no quadro o efeito da reavaliação:

De uso próprio	Vida útil	Valor contábil		
Imóveis	Remanescente	Antes da reavaliação	Reavaliação	Resultado
Ed. Serra da Raiz, 9º andar	35 anos	1.149	1.210	61
Subtotais		1.149	1.210	61

9. EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL (PLANOS PREVIDENCIAIS)

Estão contabilizadas neste grupo contábil, as obrigações iminentes dos planos, conforme apresentados a seguir:

Planos	2021	2022
Plano Básico		
Benefícios a pagar	185	369
Retenções a recolher	184	221
Repasse para o PGA	70	101
Total do Plano Básico	439	691
Planos	2021	2022
Plano Misto		
Benefícios a pagar	1.389	1.468
Retenções a recolher	83	112
Repasse para o PGA	39	34
Total do Plano Misto	1.511	1.614
Total Exigível Operacional Gestão Previdencial	1.950	2.305

10. EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

	2021	2022
Despesas de pessoal	753	763
Retenções a recolher	86	55
Fornecedor	28	61
Outros	19	35
Total do Exigível Operacional Gestão Administrativa	886	914

11. EXIGÍVEL OPERACIONAL – INVESTIMENTOS

	2021	2022
Plano Básico		
Repasse para o PGA	29	27
Outras Exigibilidades	0	9
Total do Plano Básico	29	36
Plano Misto		
Repasse para o PGA	14	9
Total do Plano Misto	14	9
Total Exigível Operacional - Investimentos	23	45

12. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO PREVIDENCIAL (PLANOS PREVIDENCIAIS)

	2021	2022
Plano Básico		
Provisão		
Benefícios previdenciários (a)	1.468	669
Expurgos Inflacionários (b)	556	556
Outros	174	174
Total do Plano Básico	2.198	1.399
Plano Misto		
Provisão		
Benefícios previdenciários (a)	76	63
Expurgos Inflacionários (b)	2.728	2.728
Total do Plano Misto	2.840	2.791
Total Exigível Contingencial da Gestão Previdencial	5.002	4.190

A BASES constitui seu exigível contingencial fundamentado na opinião dos seus assessores jurídicos, sendo apurados e contabilizados os montantes a pagar relativos às demandas judiciais passivas, cuja previsão de desfecho seja apresentada como de “provável” perda para a Entidade. Para as demandas classificadas como de “possível” ou “remota” perda, é efetuado acompanhamento do andamento processual e são divulgadas informações, quando relevantes

(a) Provisões benefícios previdenciários

Montante relativo às ações ajuizadas por participantes assistidos pleiteando suplementação da aposentadoria por motivos diversos, restituição de valores históricos descontados, expurgos inflacionários, etc. Nestes casos, a BASES efetuou as provisões obedecendo aos critérios pertinentes.

(b) Expurgos inflacionários

Ações movidas por ex-participantes pleiteando a diferença na atualização dos saldos das reservas de poupanças resgatadas, referentes aos planos econômicos, (Bresser (1987), Verão (1989) e Collor 2 (1991).

13. PATRIMÔNIO SOCIAL (PLANOS PREVIDENCIAIS)

13.1 Patrimônio de Cobertura do Plano

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas e constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, conforme descrito na nota explicativa nº 04, item “i”.

A partir de 2015, a Resolução CNPC nº30, de 10 de Outubro de 2018, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits ou destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duration do passivo atuarial). Esta Resolução determina que o resultado superavitário do plano seja destinado à constituição de reserva de contingência, até o menor limite entre:

- (i) 25% do valor das provisões matemáticas (PM) ou
- (ii) $[10\% + (1\% \times \text{duration do passivo do plano})] \times \text{PM}$.

O patrimônio de cobertura dos planos apresenta a seguinte composição:

Plano Básico	2021	2022
Provisões Matemáticas		
Benefícios concedidos	637.700	653.580
Benefícios a conceder	14.678	15.556
Total das Provisões Matemáticas	652.378	650.136
Superávit Técnico Acumulado	(20.423)	0
Reserva de Contingência	0	0
Superávit Técnico	0	(23.033)
Déficit Técnico	(20.423)	(23.033)
Fundos		
Fundo de Investimentos	212	81
	212	81
Total do Plano Básico	632.167	627.184

Plano Misto	2021	2022
Provisões Matemáticas		
Benefícios concedidos	248.037	262.219
Benefícios a conceder		
Contribuição Definida		
Saldo de contas - Parcela Patrocinador	11.450	11.369
Saldo de contas - Parcela Participantes	48.719	47.843
Benefício Definido	30.707	30.128
Total das Provisões Matemáticas	338.913	351.559
Equilíbrio Técnico	(19.718)	(22.157)
Déficit Técnico Acumulado	(19.718)	(22.157)
Fundos		
Fundo de Investimentos	3.612	4.071
	3.612	4.071
Total do Plano Misto	322.807	333.473

Plano de Gestão Administrativa	2021	2022
Fundos		
Fundo Administrativo	12.957	12.379
Total do PGA	12.957	12.379
Total do Patrimônio Social	967.931	960.657

Abaixo descrevemos as premissas e hipóteses atuariais utilizadas na avaliação de 2021 e 2022:

Plano Básico	2021	2022
Tábua de mortalidade	AT-2000 (desagravada em 15% segregada por sexo)	AT-2000 (desagravada em 15% segregada por sexo)
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa de juros anual	4,98%	4,76%
Nível de inflação anual	INPC	INPC
Crescimento salarial	0%	0%
Tábua mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83
Crescimento Real do SRB	3,00%	3,00%
Fator de Capacidade dos Benefícios	97,24%	97,24%

Plano Misto	2021	2022
Tábua de mortalidade	AT-2000 (desagravada em 15% segregada por sexo)	AT-2000 (desagravada em 15% segregada por sexo)
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa de juros anual	4,09%	4,09%
Nível de inflação anual	INPC	INPC
Tábua mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83
Fator de Capacidade dos Benefícios	97,24%	97,24%

O Conselho Deliberativo em reuniões ocorridas em 17/01/2023, conforme Ata nº 369, respaldada por estudo de aderência realizado durante o exercício de 2022, definiram as premissas e hipóteses atuariais adotadas, alterando a Taxa de Juros do Plano Básico. Os Fundos de Investimento (quitação de empréstimos) são constituídos com a sobretaxa de 0,90% para o Plano Misto e 3,00% para o Plano Básico, sobre as operações de empréstimos aos participantes, para dar cobertura a eventuais riscos de contratos de mútuos, conforme decisão do Conselho Deliberativo.

O Fundo Administrativo é constituído com as sobras do Custeio Administrativo, adicionado ao rendimento dos recursos administrativos, deduzidas as despesas administrativas e constituição ou reversão das contingências administrativas.

14. COBERTURA DE SEGURO

É política da BASES manter cobertura de seguros para os investimentos imobiliários e instalações do seu imóvel sede por montantes considerados suficientes para fazer face aos riscos envolvidos.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da BASES encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de políticas de controles e de estratégias operacionais de avaliação de riscos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente de taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores de mercado dos ativos financeiros não divergem significativamente dos seus valores contábeis, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

Desempenho do PGA e dos Planos de benefícios administrados pela Bases - Rentabilidade e resultado 2022

A distribuição consolidada e o valor total da carteira de ativos dos planos de benefícios da BASES se encontra em R\$ 976.028.783,47, assim distribuídos: 93,34%, R\$911.039.491,54 em renda fixa; 4,75%, R\$46.390.000,00 em imóveis; e 1,91%, R\$ 18.599.291,93 em empréstimos

Os investimentos do Plano Básico atingiram, em dezembro/2022, o valor de R\$635.535.587,35 assim distribuídos, 91,44% R\$581.165.152,18 em renda fixa; 7,30% R\$46.390.000,00 em imóveis; e 1,26% R\$7.980.435,17 em empréstimos.

O Plano Básico alcançou em dezembro/2022, uma rentabilidade dos investimentos de 0,94% contra um INPC+4,98% a.a. de 0,41%, ficando 0,53% acima da meta. No ano 2022 a rentabilidade do Plano foi de 9,91%, contra uma meta atuarial de 10,45%, ficando o plano -0,48% abaixo da meta.

A carteira dos imóveis da BASES está avaliada em R\$47.600.000,00, três imóveis se encontram vagos, são eles: Centro Empresarial Farol da Barra, Loja Shopping Center Sumaré e Campo Grande. Na carteira está incluída a sede da BASES que se encontra no imobilizado do PGA. O plano se encontra totalmente enquadrado nas diretrizes da resolução 4.994 e na política de investimentos da BASES. Em dezembro/2022, foram realizadas as avaliações dos imóveis visando atender a legislação vigente e a carteira evoluiu em 2,94% referente ao ano anterior, valor R\$1.360.000,00 acima da avaliação em 2021, que foi de R\$46.240.000,00.

No Plano Misto os investimentos atingiram o montante de R\$340.493.196,12, assim distribuídos, 96,88%, R\$329.874.339,36 em renda fixa e 3,12% R\$10.618.856,76 em empréstimos. O plano se encontra totalmente enquadrado nas diretrizes da resolução 4.994 e na política de investimentos da BASES.

A rentabilidade dos investimentos do Plano Misto, no mês dezembro/2022, foi de 0,81% contra um atuarial INPC+4,09%a.a. de 0,33%, ficando 0,47% acima da meta. No ano 2022 a rentabilidade do Plano foi de 10,45%, contra uma meta atuarial de 9,51%, ficando o plano 0,86% acima da meta.

Para o PGA – Plano de Gestão Administrativa a rentabilidade dos investimentos no mês de dezembro/2022 foi de 1,13% contra um índice de referência CDI de 1,12%, ficando 0,01% acima da meta. No ano 2022 a rentabilidade do PGA foi de 12,31%, contra um CDI de 12,37%, ficando o plano 0,05% abaixo da meta.

Os recursos do PGA Plano de Gestão Administrativa atingiram o valor de R\$ 11.736.259,83, os mesmos estão aplicados no Fundo Bradesco Renda Fixa DI Federal Extra, 72,11% no valor de R\$8.463.264,67, enquanto 27,89%, R\$3.272.995,16, estão no Bradesco Fundo de Investimentos FI Referenciado DI Premium. O PGA se encontra totalmente enquadrado nas diretrizes da resolução 4.994 e na política de investimentos da BASES.

A BASES, na aplicação dos recursos dos planos, observa os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência. Exerce suas atividades com boa fé, lealdade e diligência. Zela por elevados padrões éticos e adota práticas que garantam o cumprimento do seu dever fiduciário em relação aos seus participantes. A estratégia adotada pela Fundação é acompanhada e reavaliada constantemente, possibilitando que os eventuais desvios sejam corrigidos e que as mudanças no ambiente econômico sejam refletidas na Política de Investimentos.

Todo esse acompanhamento reflete numa gestão transparente voltada ao objetivo primordial da BASES que é instituir e operar planos de benefícios previdenciários, destinados aos empregados, e seus beneficiários, dos Patrocinadores da Entidade, promovendo o bem-estar social dos seus destinatários. Superar as metas atuariais é condição primordial quando se fala em gestão de investimentos. Garantir um conforto financeiro aos seus participantes, tornou-se uma luta diária da BASES que vem desempenhando este papel de forma vitoriosa ao longo de sua história.

OFND – OBRIGAÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Em 2021 a BASES participou da Assembleia Geral Extraordinária da ABRAPP, realizada em 23/11/2021, e manifestou sua adesão, de forma irrevogável e irretirável, à Proposta de Acordo materializada no Procedimento Administrativo nº 00412.007444/2021-67, nos seguintes termos: 1. A associada ora signatária está ciente e adere à íntegra da proposta de acordo remetida pela ABRAPP à Procuradoria Regional da União da 2ª Região, no que se refere ao objeto da Ação Ordinária nº 91.0123902-3 (CNJ nº 0123902-36.1991.4.02.5101), que tramitou na 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro, na qual a ABRAPP atuou como substituta processual, na representação de suas associadas, que versa sobre as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFNDs, nada tendo a opor em relação às premissas e aos cálculos resultantes da aplicação das premissas, utilizados para liquidação e consolidação do valor devido, na data de junho de 2021, informado na proposta de acordo, inclusive quanto aos valores referentes à honorários sucumbenciais devidos à Advocacia Geral da União pela associada; 2. A associada integra o polo ativo dos Autos de Liquidação de Sentença nº 0145892-43.2015.4.02.5101, em trâmite perante a 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro, onde será devidamente protocolizada o possível acordo a ser celebrado entre as associadas e a União Federal, para fins de homologação judicial, no momento oportuno; 3. A associada se compromete a assinar, como parte titular do direito reivindicado, quando demandada pela ABRAPP, a formalização da composição a que fez referência à AGE supracitada e a proposta de acordo, que será submetida à homologação judicial, sem prejuízo da assinatura do procurador devidamente constituído; 4. A associada afirma ter obtido a aprovação nas instâncias internas de governança necessárias para aderir à proposta de acordo, isentando a ABRAPP de qualquer responsabilidade em relação às aprovações da associada e desonerando a associação de tal verificação individualizada, sendo os signatários da presente os responsáveis, de acordo com as disposições estatutárias de cada associada; 5. A associada concorda que a proposta de acordo decorre de negociação liderada pela ABRAPP, enquanto representante de suas associadas, com a Procuradoria Regional da União da 2ª Região, e acompanhada pela associada, sendo que a proposta deverá tramitar pelas instâncias necessárias na União Federal, até a efetiva aprovação e assinatura pela(s) autoridade(s) governamental(ais) competente(s); 6. A associada está ciente de que even-

tual não formalização deste termo em prazo adequado e/ou desistência posterior quanto à proposta de acordo poderá prejudicar a disponibilidade de opção semelhante para a associada no futuro, não sendo garantida, em nenhuma hipótese, nova possibilidade de acordo, a igualdade de premissas, de condições e de resultados; 7. Que a atuação nas demandas oriundas da Ação Ordinária nº 91.0123902-3 (CNPJ nº 0123902-36.1991.4.02.5101) da ABRAPP enquanto substituta processual / interveniente encerrar-se-á quando da homologação do acordo pelo Juízo competente.

Em 28/03/2022 foi proferida a decisão judicial na qual foi homologado o acordo entre a União Federal e as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs), representadas pela ABRAPP, no processo referente às Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFNDs). As tratativas para a celebração do acordo foram conduzidas pela ABRAPP e posteriormente submetidas às EFPCs filiadas para deliberação em Assembleia. Em decorrência da homologação do acordo, a União Federal emitiu precatórios em favor da BASES com valor atualizado até dezembro de 2021 de R\$ 10.231 mil, que foram contabilizados integralmente no Plano Básico, conforme decisão do Conselho Deliberativo

Transferência do gerenciamento dos planos previdenciais

Em junho de 1999, ocorreu leilão para privatização do Banco do Estado da Bahia – BANEBA, tendo sido o mesmo adquirido pelo Banco Bradesco. A partir do ano de 2000, o principal patrocinador dos Planos de Benefícios da BASES passou a manifestar a intenção de retirada do patrocínio tendo sido impetrado processo administrativo contra tal intenção.

Em 07 de julho de 2006 foi publicada a Portaria SPC/DETEC/CGAT nº 481, datada de 06 de julho de 2006, determinando a transferência de gerenciamento dos Planos de Benefícios da BASES para o Multipensions Bradesco, solicitada por este em 16 de novembro de 2005. Essa Portaria veio a ser anulada posteriormente por cerceamento de defesa, reabrindo o processo para manifestação da BASES.

Após as manifestações da BASES, contrárias a transferência de gerenciamento, foram editadas novas Portarias pela SPC – Secretaria de Previdência Complementar, de nº 1.383 e 1.384, datadas de 07 de agosto de 2007, autorizando, novamente, a transferência de gerenciamento.

Em março de 2008, a BASES ajuizou Ação Cautelar, obtendo liminar, posteriormente confirmada por sentença, que suspendeu os efeitos das Portarias 1.383 e 1.384 até julgamento definitivo da Ação Anulatória também ajuizada pela BASES.

Em setembro de 2015, a PREVIC – Secretaria de Previdência Complementar, atendendo à solicitação do MultiPensions Bradesco, encaminhou à BASES o Ofício de nº 2395/CGTR/DITEC/PREVIC definindo que a Entidade procedesse, em 30 (trinta) dias, a transferência de gerenciamento dos Planos de Benefícios, com a alegação de que não havia impedimento processual para o cumprimento das Portarias nº 1383/2007 e 1384/2007.

Ciente de estar amparada por argumentos que estão de acordo com a legislação, a BASES interpôs, no dia 24 de setembro de 2015, uma Cautelar Inominada no Tribunal Regional Federal – 1ª Região pedindo a anulação da determinação imposta pela PREVIC, de modo a salvaguardar os direitos da Entidade e de seus Participantes. O Desembargador deferiu a favor da BASES, determinando que aquele Órgão se abstenha de exigir da Fundação a transferência, para o MultiPensions Bradesco, do gerenciamento dos Planos de Benefícios Previdenciários.

Paralelamente à Ação Cautelar, a BASES interpôs Recurso Administrativo junto à Superintendência de Previdência Complementar pedindo reconsideração da decisão contida no Ofício 2395/CGTR/DITEC/PREVIC. Em 7 de outubro de 2015, foi publicado no Diário da Justiça Federal, a decisão proferida pelo TRT 1ª Região, para que a PREVIC se abstenha de exigir da BASES a transferência dos planos para o Multipensions Bradesco.

O MultiPensions Bradesco ingressou, no dia 13 de outubro de 2015, com um Agravo Regimental, e a PREVIC interpôs Embargos de Declaração, no dia 16 de outubro de 2015, contestando a decisão do Desembargador. Ambos estão pendentes de julgamento.

A Entidade continua aguardando decisão referente à Ação Cautelar, que tramita na 7ª Vara Federal e em paralelo no TRF 1ª Região, ambas em grau de recurso.

Ingryd Cunha Lemos
Presidente

Nelsiene Santos Sena
Diretora Administrativa Financeira

Luiz Cassimiro Lopes de Araujo
Contador-CRC/BA 11236/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Diretores e Conselheiros da
Fundação BANEb de Seguridade Social – BASES
Salvador – BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação BANEb de Seguridade Social – BASES (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefícios do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação BANEb de Seguridade Social – BASES e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2022 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por preparar outras informações e divulgá-las no Relatório Anual de Informações – RAI. Esse relatório é requerido pela Instrução PREVIC nº 22/2015 e deverá ser elaborado em até 30 dias depois do prazo de envio das Demonstrações Contábeis da Entidade para PREVIC. O relatório deverá conter, entre outras: informações relevantes que permitam a análise dos resultados dos Planos frente aos objetivos traçados, da saúde financeira, atuarial e patrimonial dos Planos e fatos relevantes. De acordo com os requerimentos da NBC TA 720, os auditores têm como responsabilidade efetuar a leitura do Relatório, quando ele for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Informações Anuais – RAI e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de

fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador – BA, 17 de março 2023.

PHF AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PE – 000680/O-0 – “S” – BA
Hugo Ferreira da Silva Junior
Contador – CRC-PE – 0011620/O – “S” – BA

Parecer do Conselho Fiscal

O CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO BANE DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES, no cumprimento de suas atribuições, contidas nos incisos II e V do art. 52 do Estatuto vigente, reuniu-se na sede da Entidade, aos 21 (vinte e um) dias do mês de março de 2023, para analisar e emitir parecer sobre os relatórios e demais documentos pertinentes aos demonstrativos contábeis, referentes ao exercício social de 2022, compostos do: Balanço Patrimonial consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social consolidada, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa consolidada, Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstração das Provisões Técnicas por plano de benefício previdencial e respectivas Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis consolidadas.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva da BASES, e considerando ainda o Parecer do Atuário e o Relatório do Auditor Independente, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis da BASES relativas ao exercício de 2022.

Salvador (BA), 21 de março de 2023.

Adriana Alcântara Villas Boas
Presidente

Mineia Rubia dos Reis Xavier
Conselheiro

Manifestação do Conselho Deliberativo

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO BANE DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES, no cumprimento de suas atribuições, contidas no inciso V do art. 38 do estatuto vigente, reuniu-se na sede da Entidade, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de março de 2023, para analisar os relatórios e demais documentos pertinentes aos demonstrativos contábeis, referentes ao exercício social de 2022, compostos do: Balanço Patrimonial consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social consolidada, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa consolidada, Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstração das Provisões Técnicas por plano de benefício previdencial e respectivas Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis consolidadas.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva da BASES, alicerçado ainda nos Pareceres do Atuário, do Relatório do Auditor Independente e do Parecer do Conselho Fiscal, homologa a aprovação do Relatório Anual e Prestação de Contas, contidos nas Demonstrações Contábeis da BASES relativas ao exercício de 2022.

Salvador (BA), 24 de março de 2023.

Taytiane Peneluc Menezes de Cirqueira
Presidente

Eduardo Rangel Gomes Silva Souza
Conselheiro

José Gomes do Prado Filho
Conselheiro

Hilda Maria Ribeiro Chagas
Conselheiro

Nelson Ney Pires Gomes Santana
Conselheiro



Rua da Grécia, n.º 8, Ed. Serra da Raiz, 9º andar,
Comércio CEP.: 40.010-010 Salvador- BA

Seguridade

71 3319-6301
71 3319-6302
71 3319-6303
71 3319-6304

Empréstimo

71 3319-6310
71 3319-6313

Diretoria

71 3319-6300

www.facebook.com/fundacaobases
www.instagram.com/fundacaobases
www.bases.org.br